

Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

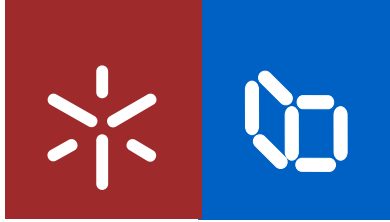
WANG KAIYU

**A Situação Social da Mulher
na China e em Portugal desde O Início do
Século XX : O Acesso ao Espaço Público**

WANG KAIYU A Situação Social da Mulher na China e em Portugal desde O Início do Século XX : O Acesso ao Espaço Público

UMinho | 2017

janeiro de 2017



Universidade do Minho

Instituto de Letras e Ciências Humanas

WANG KAIYU

**A Situação Social da Mulher
na China e em Portugal desde O Início do
Século XX : O Acesso ao Espaço Público**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês:
Tradução, Formação e Comunicação Empresarial

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Margarida Pereira

e da

Professora Doutora Sun Lam

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças a muitos apoios, que merecem uma palavra de reconhecimento.

Assim, quero agradecer à Professora Doutora Margarida Pereira e à Professora Doutora Sun Lam pela orientação cuidadosa e responsável, pelo saber que me transmitiram, pelos conselhos pertinentes e, a um nível pessoal, pela simpatia e paciência.

À Professora Doutora Sun Lam, Diretora do mestrado em *Estudos Interculturais Português-Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial*, pela oportunidade que me deu de fazer o mestrado na Universidade do Minho.

Ao Professor Doutor Manuel Gama, pelos conhecimentos transmitidos, pelo seu apoio académico e pela sua simpatia.

A todos os docentes do curso de mestrado em *Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial*, pelos conhecimentos transmitidos e pela paciência.

Aos meus pais, pelo amor interminável e pelo apoio incondicional.

Ao meu grande amigo Yang Lei, pelas informações que forneceu relacionadas com a minha dissertação, pelo incentivo e pela companhia. A todos os amigos, chineses e portugueses, que conheci em Braga pela ajuda académica e pessoal.

Resumo

As mulheres constituem metade da população mundial e são uma força inegavelmente notável na evolução de toda a sociedade. No entanto, o valor das mulheres e a contribuição que fizeram e continuam a fazer em prol do desenvolvimento social tem sido desvalorizado ao longo dos tempos e em diferentes contextos, tanto na China como em Portugal. Apesar deste ponto comum, os dois países registam disparidades em relação à situação das mulheres, motivadas por diferentes fatores.

A presente dissertação visa fazer uma análise comparativa das mulheres chinesas e portuguesas em relação ao acesso ao espaço público, mais concretamente, o acesso à educação e ao trabalho, abordando-se ainda a vida familiar enquanto influência no acesso ao espaço público.

Uma pesquisa histórica sobre o assunto, bibliográfica, serviu de ponto de partida para esta análise, permitindo concluir que, apesar das disparidades de circunstâncias das mulheres nestes dois países, regista-se uma tendência de aproximação.

Abstract

Women constitute half of the world population and are an undeniable and remarkable force in the evolution of the whole society. The value of women and the contribution they have made and continue to make to the social development has been devalued over time and in different contexts, both in China and in Portugal. However, in spite of this common ground, the two countries have disparities in relation to the women's situation which are caused by different factors.

This dissertation aims to do a comparative analysis of the Chinese and Portuguese women in the access to the public space, more specifically the access to education and work, and also the family life as an influence to the access to public space.

A historical research on the subject, bibliographic, worked as a starting point for this analysis, allowing to conclude that, despite the differences in the circumstances of women in these two countries, there is a trend towards approximation.

摘要

占世界半数人口的女性是所有社会进程中不可小觑的力量。女性的价值以及她们为推动社会发展所作出的贡献却一直以来都没有得到相应的肯定，不论在怎样的社会背景下，不论在中国还是在葡萄牙。然而，两国女性的生活状况还存在差异，并且成因也有所不同。

本研究旨在对比分析中葡女性对于公共领域的参与情况，具体体现在教育领域与职场方面。另外还通过中葡女性家庭生活的对比，分析其对于公共领域参与的影响。

通过查阅了解的相关史籍资料，并以此为出发点做相应分析，我们发现尽管两国女性的生活状况仍存在差异，但该差异却在不断缩小。

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	4
EVOLUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER NA FAMÍLIA DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XX.....	4
I.1 DIREITO À EDUCAÇÃO	5
<i>I.1.1 A situação das mulheres chinesas e portuguesas no passado</i>	<i>5</i>
<i>I.1.2 A luta pelo direito à educação.....</i>	<i>10</i>
I.2 NO NAMORO E VIDA CONJUGAL.....	27
<i>I.2.1 Visão histórica e atual sobre as relações pré-matrimoniais nas duas sociedades</i>	<i>27</i>
<i>I.2.2 O Papel da Mulher na Vida Conjugal e o Direito ao Divórcio</i>	<i>34</i>
CAPÍTULO II.....	40
A VIDA PROFISSIONAL DAS MULHERES NA CHINA E EM PORTUGAL NA ATUALIDADE.....	40
II.1 A SITUAÇÃO NA CHINA	41
II.2 A SITUAÇÃO EM PORTUGAL	46
CAPÍTULO III	50
O FEMINISMO NA CHINA E EM PORTUGAL NO SÉCULO XX: ANÁLISE COMPARATIVA	50
III.1 CONTEXTOS E PERÍODOS EMBRIONÁRIOS DO FEMINISMO NA CHINA E EM PORTUGAL.....	51
III.2 IDEOLOGIAS DESTES MOVIMENTOS A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ AO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	60
CONCLUSÃO	71
BIBLIOGRAFIA	75

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Número de alunas antes da criação da R. P. da China (1949).....	16
Quadro 2 - Grau de instrução e taxa de escolarização de indivíduos com 20 ou mais anos, por género (1970) (%).....	24
Gráfico 1 - Alunas Universitárias após o estabelecimento da R. P. China (%).....	17
Gráfico 2 - Taxa Bruta de Divórcio.....	39

Introdução

Para começar, gosto das mulheres. Acho que elas são mais fortes, mais sensíveis e que têm mais bom senso que os homens. Nem todas as mulheres do mundo são assim, mas digamos que é mais fácil encontrar qualidades humanas nelas do que no género masculino. Todos os poderes políticos, económicos, militares são assunto de homens. Durante séculos, a mulher teve de pedir autorização ao seu marido ou ao seu pai para fazer fosse o que fosse. Como é que pudemos viver assim tanto tempo condenando metade da humanidade à subordinação e à humilhação?

- José Saramago, in *L'Orient le Jour* (2007)

As mulheres constituem metade da população mundial e são uma força notável na evolução de toda a sociedade. No entanto, por variadas razões históricas, económicas, culturais, entre outras, a importância das mulheres e a sua contribuição passada e presente para o desenvolvimento social têm sido desvalorizadas ao longo dos tempos e em diferentes contextos. Portanto, as feministas continuam a trabalhar com vista à emancipação feminina.

Os estudos e investigação destinados à igualdade entre homens e mulheres chamaram mundialmente a atenção no passado e, atualmente, continuam a ser um assunto pertinente. Há vários fatores que afetam a situação da mulher, nomeadamente o reconhecimento do seu valor (político, social, económico e cultural) e das suas competências por parte da sociedade. Assim, a presente análise sobre a situação social das mulheres na China e em Portugal envolverá aspetos culturais, económicos, educativos, políticos e conjugais.

Dividido em três partes, o trabalho procura analisar comparativamente a situação das mulheres nas duas sociedades, especialmente o seu acesso ao espaço público, tentando identificar as causas subjacentes.

No primeiro capítulo, abordaremos a evolução do papel social da mulher na família desde o início do século XX, num contexto de acentuadas alterações sociais tanto na China como em Portugal. Foi precisamente nessa altura que chineses e portugueses lutaram em prol dos direitos civis e da liberdade das mulheres. Num segundo momento, apresentamos o contexto profissional atual das mulheres nas sociedades chinesa e portuguesa. Será que elas ainda têm dificuldades no acesso a algumas profissões? Conseguem alguns empregos com mais facilidade do que o sexo oposto?

A última parte pretende dar a conhecer alguns movimentos significativos nos períodos embrionários do feminismo na China e em Portugal e as suas ideologias, a partir do final do século XIX e até ao início do século XX. Como nasceram estes movimentos? Em que contexto e com que objetivos?

Com este trabalho pretende-se, sob uma perspetiva histórica, dar conta da evolução social das mulheres em ambas as sociedades, contribuindo assim para o crescente conhecimento mútuo. Pretende-se também chamar a atenção para a questão da igualdade de género.

Capítulo I

Evolução do papel social da mulher na família desde o início do século XX

Neste capítulo, propomo-nos descrever a evolução do papel da mulher no seio da família ocorrida nas sociedades chinesa e portuguesa desde o início do século XX, a partir de dois aspetos concretos: no acesso à educação e no contexto do namoro e da vida conjugal. Esta abordagem inclui uma comparação entre o passado e a atualidade.

I.1 Direito à educação

A educação, enquanto instrumento que arranca o ser humano à ignorância e o conduz ao aperfeiçoamento, é essencial para o futuro desenvolvimento da humanidade. O direito à educação, um dos direitos básicos e imprescindíveis numa sociedade civilizada, durante longo tempo, não foi assegurado às mulheres.

I.1.1 A situação das mulheres chinesas e portuguesas no passado

Durante a época feudal, que perdurou por dois mil anos na China¹, as mulheres não usufruíam do mesmo direito à educação que o sexo oposto. Os homens detinham acesso exclusivo às escolas, onde podiam estudar política e literatura e onde cultivariam os seus talentos, de modo a passarem nos exames imperiais que davam acesso à burocracia e à carreira estatal.

Eram raríssimas as instituições educativas públicas femininas idênticas às escolas que os homens frequentavam. Existiam, de facto, algumas instituições especializadas na educação feminina, que variavam de acordo com o *status* e classe

¹ A época feudal na China prolongou-se entre 221 a.C. e 1912 d.C. NdA.

social das alunas, mas cujos programas curriculares não apresentavam muitas diferenças. A educação tradicional das mulheres tinha como principal foco a formação moral: o objetivo era incentivar certos comportamentos no espaço doméstico e familiar, em detrimento de um desenvolvimento intelectual. Por exemplo, nas aulas de regras morais inculcava-se um modelo determinado às mulheres, para que cultivassem certas características: deviam respeitar e obedecer aos familiares mais velhos e ao seu marido, valorizar a sua virgindade, tomar conta do marido e dos filhos. Tais competências eram absolutamente fundamentais na vida das mulheres. Importava, para além disso, cultivar algum talento artístico, em áreas como a literatura, o bordado, a música, o desenho ou o xadrez chinês.

Na corte, as concubinas e as camareiras recebiam formação num instituto especial. No caso das mulheres pertencentes a famílias de classe média-alta ou alta, os pais contratavam tutores visando a sua educação, que era encarada como um investimento para o casamento. Ou seja, esta educação formal pretendia torná-las competentes para se casarem com um bom homem e, depois, organizarem bem a casa e a família. Segundo refere Gao Rongmei (2009) num trabalho sobre a educação feminina na época arcaica, “no que diz respeito às mulheres da classe baixa, a educação formal era quase inexistente, sendo a maior parte iletrada.”²

Naquele período, os templos também assumiam um papel educativo, oferecendo uma educação muito básica às mulheres desiludidas com o mundo - e que por isso escolhiam ser monjas -, que lhes dava competências de leitura e raciocínio

² Cf. Gao, Rongmei (2009), *Frisando a Educação Feminina na Época Arcaica*, Hong Kong: Cultura Huaxia, pp. 48-49. TdA.

suficientes para entenderem os sermões.

De um modo geral, a educação das mulheres chinesas no passado visava essencialmente o aperfeiçoamento da sua função familiar, negligenciando qualquer melhoria da sua capacidade intelectual ou a sua preparação para um papel relevante na sociedade. Esta educação procurava transformar as mulheres em pessoas meigas, tranquilas, obedientes e submissas aos seus maridos, virtuosas e capazes de se sacrificarem pela família. Os conteúdos educativos eram muito limitados, impossibilitando a participação das mulheres nas atividades sociais, daí que ficavam presas às tarefas domésticas, afastando-se cada vez mais da sociedade, tornando-se cada vez mais fechadas e sem ambição. Concluindo, as mulheres perdiam as suas personalidades individualizadas para se transformarem num objeto totalmente subordinado aos homens. A causa fundamental deste tipo de educação era a falta de igualdade entre os dois géneros, de facto, este contexto aprofundava ainda mais a desigualdade de género, do ponto de vista psicológico e das competências.

As circunstâncias vividas em Portugal, no que respeita à educação das mulheres, apresentavam muitas semelhanças com as da China. O valor das mulheres portuguesas era somente realizado no contexto familiar. A mentalidade dominante era que as mulheres não precisavam nem deviam ser eruditas. Por um lado, os homens, de acordo com Luís António Verney, “quase as consideram como animais de outra espécie: e não só pouco aptas, mas incapazes de qualquer género de estudo e erudição”³, por outro lado, parecia que as mulheres eram feitas para obedecerem.

³ Verney, Luís António (1952), carta 16, 1746, Ap. 10-15, p. 127, *apud*, Ribeiro, Arilda Inês Miranda (2002).

Havia mesmo quem defendesse que a instrução complicava os pensamentos das mulheres, conduzindo-as a um caminho da corrupção moral até deixarem de ser inocentes e puras como anjos. Na realidade, isto revela o receio que os homens tinham das mulheres fugirem das suas “garras” e desenvolverem um pensamento independente. O que mais nos surpreendeu foi que, segundo registou Arilda Ribeiro, “as poucas mulheres portuguesas que faziam educação relativamente avançada até seriam um alvo de críticas negativas feitas por outras mulheres e homens.”⁴

Serem boas esposas e mães era visto como as qualificações “naturais” das mulheres, pelo que fazia mais sentido elas saberem fiar, bordar e realizar outras tarefas domésticas. Assim, a sua formação limitava-se às áreas doméstica e religiosa. A maior parte das vezes, esta formação era dada pelas próprias mães. Quando se tratava de uma família da classe alta, era comum enviar as filhas para colégios privados ou contratar uma preceptora para ensinar alguns talentos que permitissem à mulher brilhar em sociedade e arranjar um bom marido.

A meio do século XVIII, algumas meninas estudavam em conventos ou em escolas particulares. Porém, independentemente da instituição, o conteúdo do ensino não divergia muito. Entre estes conventos, havia um muito famoso, o colégio das Ursulinas da Vila de Pereira, onde as donzelas aprendiam a “ler, escrever, contar, trabalhos de costura, bordados e rendas, doutrina cristã e elementos de civilidade, latim e inglês”⁵. No caso das meninas de famílias ricas, além destas disciplinas, ainda

Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal, São Paulo: Arte & Ciência, p. 38.

⁴ Cf. Ribeiro, Arilda Inês Miranda (2002). *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*, São Paulo: Arte & Ciência, p. 34.

⁵ *Ibidem*, p. 52.

podiam aprender a tocar algum instrumento musical, canto, italiano e francês, para que se tornassem esposas bem educadas e elegantes.

Até ali, não existia qualquer método pedagógico unânime, pelo que o ensino estava totalmente na mão dos mestres. O governo não prestou a atenção devida à questão educativa até à reforma pombalina, em 1772, quando se construíram vários colégios e escolas. Mas esta reforma nem sequer aludia à educação feminina. Como explicou Áurea Adão, “na verdade, o ensino feminino não mereceu então dos meios governamentais uma atenção especial, cabendo a ordens religiosas provenientes da França (Ursulinas e Visitação) o mérito de terem concorrido para a educação de algumas raparigas portuguesas.”⁶ Não só a educação feminina merecia um descaso por parte do governo e da sociedade, como ainda se publicavam folhetos de cordel que satirizavam a mulher instruída.

Um dos textos publicados em folheto por José Daniel da Costa, *A menina discreta da fábrica nova* (1789), é muito relevante, na medida em que os seus diálogos refletem a atitude comum em relação à educação feminina da altura. Uma das personagens, a criada, vendo uma menina que estudava muito, perguntou ao seu pai: “Por mim estude ela quanto quiser. Porém olhe senhor: eu sempre ouvi dizer a minha avó que a mulher era sábia se arrumava um até dois baús de roupa.”⁷ Também a irmã criticava a menina estudiosa: “Olhe mana, eu não sei essas ciências de fábrica nova, mas em lugar dessas suas loucuras com que nos seca, sei muito bem bordar,

⁶ Adão, Áurea (1997). *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 87.

⁷ O texto original de José Daniel da Costa foi publicado no terceiro volume de *Rimas, Teatro Cómico de Pequenas Peças* (1789), sendo citado pela autora Arilda Inês Miranda Ribeiro no seu livro *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*, São Paulo: Arte & Ciência, p. 33.

coser, fazer meia, e tudo o que é preciso a uma pessoa para ser útil à sua família.”⁸

Luís António Verney sintetiza da seguinte forma a situação da educação das mulheres no século XVIII: “Pouquíssimas sabem ler e escrever - e muito menos fazer ambas as coisas corretamente”⁹.

De acordo com o que Arilda Inês Miranda Ribeiro registou no seu trabalho *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*, “a 25 de fevereiro de 1790, deu a Real Mesa Censória um parecer favorável à instalação de 18 mestras na corte, para ensinarem gratuitamente as meninas. Entretanto, só em 1816 se estabeleceu realmente a primeira escola oficial feminina que ensinava a ler, escrever, coser, fiar, bordar e a doutrina cristã.”¹⁰ Apesar deste avanço, a conjuntura de escassez educativa não melhorou muito, já que a sociedade desvalorizava a educação feminina, incluindo as próprias mulheres.

Ou seja, as mulheres portuguesas do passado eram submissas e objetificadas, tal como as chinesas. O seu principal valor residia no seu serviço à família, portanto, toda a sua educação visava cultivar e melhorar as suas capacidades domésticas. Em resumo, a educação em Portugal e na China conduzia à exclusão das mulheres das atividades sociais, ao seu isolamento e dependência.

1.1.2 A luta pelo direito à educação

Felizmente, nem todos eram inconscientes face à injustiça de só os homens

⁸ *Idem.*

⁹ Verney, Luís António (19--?), *Verdadero Método de Estudar*, Porto: Domingos Barreira, p.216.

¹⁰ Cf. Ribeiro, Arilda Inês Miranda (2002), *op.cit.*, pp.35, 36.

terem acesso à educação, tanto na China como em Portugal.

Neste contexto, é impossível não mencionar uma revolução importante - a *Reforma dos Cem Dias* - ocorrida no final do século XIX, com o objetivo de desenvolver o capitalismo na China e salvar o país do atraso, tomando por exemplo a cultura, as tecnologias científicas e os regimes políticos do Ocidente. Durante este período, levou-se a cabo uma renovação de mentalidades, entre as quais se salienta a luta pela emancipação das mulheres. Os precursores da *Reforma dos Cem Dias* advogavam que as mulheres deviam ter o mesmo direito à educação que os homens. Um dos pioneiros desta reforma, Liang Qichao (梁启超 *liáng qǐchāo*, 1873—1929), publicou um artigo que defendia a importância da educação feminina, argumentando que as mulheres sem qualquer formação não conseguiam sustentar-se, dependendo obrigatoriamente dos seus maridos. Por um lado, isso colocava pressão nos maridos e, por outro lado, parecia justificar o mau tratamento feito às esposas. Como se fortalece um país e enriquece o seu povo? Isso acontece se cada indivíduo ganha a vida com o seu emprego, em vez de depender de outros para sobreviver, concluiu Liang Qichao.¹¹

O autor recordou ainda o papel preponderante das mulheres na educação dos filhos. Se uma mulher não é bem educada, não consegue desempenhar bem este papel. Portanto, afirmou, “a raiz do fracasso de um país reside na falta de educação feminina. Quanto mais aperfeiçoada a educação feminina for num país, mais forte este país será.”¹² O seu ponto de vista foi inovador na medida em que advogou a

¹¹ Cf. Liang, Qichao (1989), *Antologia da Sala Yinbing I: A Teoria Geral da Reforma*, Pequim: Companhia do Livro Zhonghua, p. 37. TdA.

¹² *Idem*. Texto Original: “天下积弱之本，则必自妇人不学始。是故女学最盛者，其国最强，女学次盛者，其国次强”. TdA.

independência das mulheres através da educação, contra o conceito tradicional que dizia que “a virtude das mulheres reside na falta de erudição”¹³, visão do mundo que estava tão enraizada como a teoria heliocêntrica.

Apesar de tudo, não podemos deixar de apontar algumas limitações no pensamento do senhor Liang. Vivia-se uma época muito agitada, com tentativas de invasões e revoltas, portanto o autor colocou a segurança do país sempre em primeiro lugar. O seu apoio ao desenvolvimento da educação feminina tem que ser visto como um instrumento de defesa e fortalecimento do país: a sua motivação radicava no contributo que tal mudança teria para a paz e a estabilidade social. Além disso, a imagem tradicional das mulheres como boas mães e boas esposas não foi contestada ou sequer desafiada. A certo nível, esta imagem foi fortalecida, pois o ponto da partida da educação das mulheres não era o aperfeiçoamento individual ou a igualdade de género; o objetivo desta educação era assumir a sua função de educar os filhos. Em suma, o seu raciocínio enfatizou, uma vez mais, a mentalidade tradicional de que a vida da mulher gira à volta da família.

De qualquer forma, não se pode negar a contribuição dos partidários reformistas para a educação feminina e algumas ideias progressistas que trouxeram à sociedade chinesa, independentemente da razão que as motivou.

Com o apoio dos chefes do partido reformista, Liang Qichao e Kang Youwei (outro precursor desta reforma, 康有为 *kāng yǒuwéi*, 1858-1927) criaram, em 1898, o “Nǚ Bao” (*Jornal das Mulheres* 女报), o primeiro jornal dirigido a um público-alvo

¹³ Texto Original: “女子无才便是德”. TdA.

feminino. O periódico pretendia encorajar a liberdade das mulheres e a criação de escolas; nesse mesmo ano foi criada a primeira escola exclusiva para meninas em Xangai, a Escola Feminina Jing Zheng¹⁴. No entanto, esta escola seria suspensa no ano 1900, na sequência do fracasso da reforma e a pressão das autoridades que pertenciam ao partido conservador (opositor do partido reformista).

A *Reforma dos Cem Dias* abalou o pensamento tradicional chinês. Desde então, algumas pessoas foram aceitando o conceito relativamente progressista de que as mulheres têm o direito à educação. Várias escolas privadas femininas foram estabelecidas por toda a China, embora nenhuma com caráter oficial. A reforma contribuiu também para o aparecimento de correntes feministas, para a divulgação da causa da liberdade das mulheres, e para a existência de muitas mulheres profissionais com mentes relativamente abertas, que viriam a ser a principal força do feminismo no país.

Em 1907, por força das circunstâncias, o governo Qing promulgou um decreto que admitiu a educação feminina como uma faceta do sistema de educação, pela primeira vez na história. O diploma proibiu o ensino misto mas, ao mesmo tempo, estabeleceu algumas escolas primárias e escolas normais (as instituições de formação de professores) femininas. O ensino feminino não contemplou ainda o nível secundário ou universitário. Neste decreto, o governo distinguia o objetivo da educação feminina daquilo que era esperado da educação masculina: as escolas primárias femininas tinham como finalidade cultivar a virtude e as capacidades

¹⁴ O nome original desta escola, em chinês, é "经正女校" (jīng zhèng nǚ xiào). TdA.

necessárias às mulheres, como bordar, coser ou fazer malha. O governo apresentou a mentalidade tradicional sobre as mulheres de uma maneira nova mas, na verdade, não se registaram progressos. Mesmo que as mulheres usufríssem finalmente do direito à educação, isto não passou de uma mudança dos locais de aprendizagem para adquirirem as regras morais e aprenderem tarefas domésticas que lhes competiam para serem “boas esposas” e “boas mães”. A nosso ver, mesmo desconsiderando a questão da igualdade de género, o governo Qing impulsionou a educação feminina ainda que, lamentavelmente, fosse demasiado conservador para ver que as mulheres representavam metade da população e que estarem presas em casa sem produzirem, significava um enorme desperdício de talento e recursos para o país.

Como referimos oportunamente, aquele foi um período muito agitado na China, com o governo a não conseguir repelir as sucessivas invasões perpetradas por potências estrangeiras e a assinar tratados desiguais. As políticas decadentes e conservadoras e as condições desiguais acordadas em vários acordos provocaram a insatisfação do povo chinês. Em 1912, a *Revolução Xinhai* liderada por Sun Yat-sen (孙中山, *sūn zhōngshān* 1866-1925) derrubou o governo Qing, pôs fim à monarquia absoluta que governou a China durante dois mil anos, e estabeleceu a primeira república no país. Concomitantemente, as mentalidades democráticas foram sendo disseminadas. Sun Yat-sen, que depois foi eleito Presidente provisório da República, era um grande favorecedor da igualdade de género. O seu ponto de vista era mais progressista do que o de Liang Qichao, ao enfatizar que “os direitos foram oferecidos

por Deus e a posição dos dois géneros é originalmente equivalente.”¹⁵ A razão para as mulheres receberem instrução deixou de girar em volta da sua função familiar, para passar a residir na igualdade. Sun atribuiu apoios financeiros para a criação de muitas escolas femininas e o ensino estendeu-se às escolas secundárias. À medida que se iam construindo escolas, a educação feminina ia-se generalizando gradualmente. Em vésperas do *Movimento Quatro de Maio* (五四运动, ocorrido a 4 de maio de 1919), o número das alunas chinesas nas escolas era já de 180 mil.

Com a generalização da educação feminina, foram surgindo cada vez mais mulheres intelectuais, livres e com mentes mais abertas, que já não se contentavam em aceitar os direitos concedidos pelos homens, mas lutavam ativamente pelos seus direitos. Elas escreveram cartas a muitas universidades solicitando entrada, o que acabou por ter resultados. Em 1918-1919, algumas universidades começaram a permitir a entrada das mulheres e alunos dos dois sexos puderam estudar juntos as mesmas matérias. Em 1920, quase todas as universidades e escolas profissionais admitiam alunos do sexo feminino. Na altura, Cai Yuanpei (蔡元培 *cài yuánpéi* 1868-1940), reitor da Universidade de Pequim, declarou num discurso:

Há pessoas que me perguntam "a permissão da entrada das alunas na universidade é uma lei nova. Porque não pediu orientação ao Ministério da Educação?". Respondo assim que "a norma do nosso Ministério da

¹⁵ Sun, Yat-sen (1982). *Antologia de Sun Yat-sen (II Volume)*, Pequim: Companhia do Livro Zhonghua, p. 52. Texto original: “天赋人权，男女本非悬殊”. TdA.

Educação também não prescreve que as universidades apenas admitam alunos do sexo masculino. Só que, no passado, aquelas alunas formadas da secundária nunca pediram entrada na universidade."¹⁶

Estas palavras podem parecer um pouco ridículas mas, realmente, funcionaram para o Ministério da Educação manter a autorização tácita à entrada de alunas nas universidades.

Finalmente, não se distinguem os conteúdos educativos de acordo com o sexo. As mulheres tinham acesso aos mesmos conhecimentos que os homens, em vez de estudarem matérias relacionadas com a economia doméstica. Podemos dizer que só nesta altura as mulheres obtiveram realmente o direito à educação.

À medida que aconteciam estas grandes transformações, imensas mulheres despertaram para a importância da educação, ainda que representassem uma pequena percentagem da população instruída (Quadro 1).

Quadro 1 - Número de alunas antes da criação da R. P. da China (1949)¹⁷

Ano	Número total de alunos universitários	Números de alunas universitárias	Percentagem das alunas universitárias
1922	34.800	887	2,54
1932	42.710	5.161	12,08
1937	31.188	5.352	17,16
1942	64.097	12.273	19,15

¹⁶ Fonte: <http://data.book.hexun.com/chapter-18093-1-3.shtml>. Texto original: “有人问我：“兼收女生是新法，为什么不先请教育部核准？”我说：“教育部的大学令，并没有专收男生的规定；从前女生不来要求，所以没有女生。” Consultado a 1 de Fevereiro. TdA.

¹⁷ Cf. <http://dspace.xmu.edu.cn:8080/dspace/bitstream/id/8426/license.txt/?jsessionid=CF782BE1904B39E3CE8BFE92B9CD0EB6>. Consultado a 6 de Fevereiro. TdA.

1947	155.036	27.604	17,80
------	---------	--------	-------

Em 1922, a percentagem de alunas universitárias era apenas de 2,54%. Apesar do acesso relativamente livre às escolas, muita gente continuava a pensar que as mulheres não deviam estudar, tão enraizada estava a antiga mentalidade sobre a educação feminina.

Após o estabelecimento da República Popular da China (1949), a Constituição consagrou vários direitos das mulheres, nomeadamente o direito à educação. A única via para entrar na universidade, tanto para homens como para mulheres, era passar no exame nacional. Ao mesmo tempo, o governo lançou várias campanhas no sentido de promover a emancipação das mulheres. Recorde-se por exemplo, o *slogan* “as mulheres conseguem suportar metade do céu”, que incutia a ideia da igualdade entre os dois géneros. Neste contexto, a percentagem de alunas universitárias cresceu continuamente desde o final dos anos 40 do século XX.

Gráfico 1 - Alunas universitárias após do estabelecimento da R. P. China (%)¹⁸

¹⁸ *Idem.*

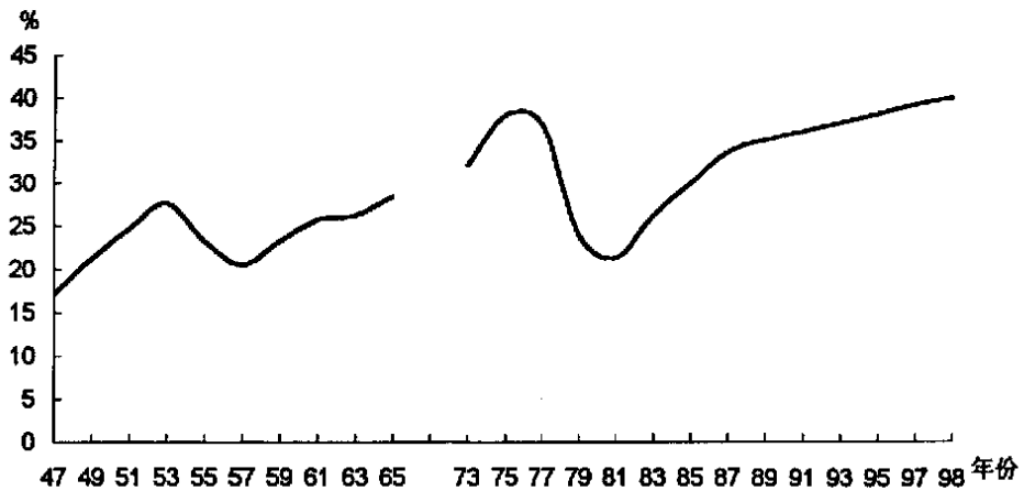


图 1：建国后历年女大学生占大学生总数比例（%）

Na segunda metade dos anos 50, o governo tomou medidas para diminuir os cursos de Humanidades, mais frequentados por raparigas, aumentando os cursos de Ciências e Engenharia, que atraíam mais rapazes. Entre 1966 e 1972, as universidades foram todas suspensas por causa da *Revolução Cultural*. Nos últimos anos da década de 70 e no início dos anos 80, muitos jovens do sexo masculino que tinham sido enviados para as aldeias durante a *Revolução Cultural* começaram a regressar às universidades, diminuindo assim a percentagem relativa de raparigas.

Em 1986, foi aprovada uma nova lei da educação, que definiu nove anos de escolaridade obrigatória. Em 2007, o número de alunas universitárias superou pela primeira vez o do sexo oposto, mantendo essa vantagem desde então. De facto, a discrepância de género é cada vez maior.

Hoje em dia, quase não existem diferenças na China no que toca ao direito à educação dos dois sexos. De um modo geral, as meninas recebem a mesma educação que os meninos. No entanto, especialmente em algumas regiões isoladas, onde

persiste uma valorização do homem em relação à mulher, ainda há quem defenda que não vale a pena as mulheres terem muita instrução.

Em Portugal, a luta pelo direito à educação das raparigas também foi dura e morosa. Neste contexto, importa referir uma grande figura do século XVIII: Luís António Verney, o mais conhecido e representativo estrangeirado português¹⁹. Num apêndice da sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, Verney defendeu abertamente, em 1746, a educação feminina, o que foi admirável, numa época em que quase todos ignoravam ou se mantinham silenciosos sobre o assunto. Sob influência do Iluminismo francês, Portugal começou a dar mais importância à educação masculina, enquanto a educação feminina continuava a ser inexistente e a assentar na ignorância. Mesmo neste contexto, Arilda Ribeiro refere que “Verney mostrava, sem qualquer hesitação, que a diferença de sexo não podia legitimar uma desigualdade de oportunidades educativas”.²⁰ Ele confirmou a necessidade das mulheres terem educação; ainda que não a mesma dos homens. O ensino dirigido às mulheres devia ser diferente por causa do “fim para que a providência as pôs no mundo: para ajudarem os maridos ou parentes, empregando-se nas coisas domésticas, ao mesmo tempo que eles se aplicam às de fora”²¹. O autor defendia um enquadramento académico para as mulheres que incluía “uma área inicial de formação geral, seguida de uma formação específica em cultura geral e doméstica”²². Mais

¹⁹ O termo "estrangeirado" designa os intelectuais portugueses que, em finais do século XVII e particularmente no século XVIII retornaram ao país, após terem tido contacto com os progressos da Revolução científica e a filosofia das Luzes no estrangeiro. NdA.

²⁰ Ribeiro, Arilda Inês Miranda (2002), *op. cit.*, p. 42.

²¹ Verney, Luís António (19--?), *op. cit.*, p. 222.

²² Ribeiro, Arilda Inês Miranda (2002), *op. cit.*, p. 43.

pormenorizadamente, as meninas deviam estudar em casa a escrita, a leitura, a aritmética, a gramática, a história e artes domésticas, enquanto os meninos estudavam muito mais coisas nas escolas. A disciplina de História não era nada do que geralmente consideramos, tratando de apresentar algumas figuras femininas, detentoras de virtudes morais ou boas ações, que deviam servir de exemplo. Em resumo, esta instrução seria vocacionada para uma boa administração do lar e da família, para uma melhor compreensão do marido e para inculcar um comportamento adequado: não fugia por isso ao *ofício* concebido para as mulheres.

Podemos verificar que a posição de Verney é muito semelhante à de Liang Qichao, mas com mais de um século de diferença. Quando Verney preconizou a educação feminina no século XVIII em Portugal, na China as ideias feudais contra a educação feminina ainda eram dominantes. Ambos os autores convergiam na necessidade da educação feminina e não pouparam esforços em prol desse objetivo, em contextos históricos que eram avessos a isso. Achavam também que a educação feminina devia contribuir para um bom desempenho do seu papel familiar. De qualquer modo, temos de aplaudir os pontos progressistas e a coragem destas opiniões.

No fim do século XVIII, com a Revolução Francesa e o pioneirismo português, alastraram pela Europa mudanças radicais no que diz respeito à definição do papel das mulheres. Eclodiram muitas vozes contra a desigualdade de género, que tentaram quebrar a imagem tradicional da mulher, afirmando que elas não são uma ferramenta para agradar aos homens e tomar conta da família. Tanto os homens como as

mulheres têm o seu respetivo valor como seres humanos independentes.

Ao longo dos séculos XIX e XX, o direito à educação foi um foco do discurso emancipador feito pelo feminismo da primeira vaga. Tal como Margarida Pereira referiu no seu trabalho *Sabichonas Não!*, foi “um dos mais importantes baluartes de uma luta, marcada por retrocessos e avanços, que foi permitindo às mulheres ganharem um espaço público”.²³ Na altura, emergiram várias figuras que apoiaram o desenvolvimento da educação feminina em Portugal mas, infelizmente e tal como Verney, algumas defenderam este direito enquanto contributo para o seu papel familiar e não almejando a sua autonomia.

Neste contexto, distinguiu-se a grande feminista Ana de Castro Osório, graças às suas opiniões progressistas relacionadas com a educação feminina. “Defendeu até à exaustão que as mulheres não deviam ser meras peças decorativas e que a educação era o passo definitivo para a libertação feminina.”²⁴

Com o avanço da industrialização, a força física foi substituída pela máquina no processo de produção; por conseguinte, a vantagem física do homem face à mulher foi relativizada. Iniciou-se uma nova era, na qual a inteligência superou o poder dos músculos, enquanto impulsionador da economia e da sociedade. A educação tornou-se uma via fundamental para acabar com a ignorância e intelectualizar as pessoas. Neste contexto, Ana de Osório já em 1905 insistia que tanto as mulheres como os homens deviam receber instrução, estando provado que a inteligência da

²³ Pereira, Margarida Esteves (2001). *«SABICHONAS NÃO!»: A Separação das Esferas e a Educação das Mulheres em Portugal na Viragem para o Século XX*, Braga: Universidade do Minho (Centro de Estudos Humanísticos), p. 157.

²⁴ Fonte: <http://caldasdaipasearepublica.blogspot.pt/2010/03/as-mulheres-da-republica-no-dia.html> Consultado a 20 de Fevereiro.

mulher não é inferior à do homem. Aliás, defendeu ainda que “a mulher falha de educação é muito mais inferior do que o homem, porque são os seus próprios defeitos que se tornam qualidades, elevados pela cultura, encaminhados pela educação. O que na mulher educada é espírito, é na outra grosseria; o que numa é presciência, é na outra desconfiança; o que numa é desenvoltura e graça, é na outra bisbilhotice...”²⁵ A autora enfatizou ainda a conquista da independência através da educação.

Educar a mulher dando-lhe meios de poder auferir com o seu trabalho o suficiente para a sua sustentação... quando casada, - parece-nos a maneira mais prática de a tornar um ser livre, apta a escolher por motu-próprio o caminho a seguir diretamente na vida.²⁶

Reparamos que o sentido da educação feminina aqui foi renovado, registou um avanço. Finalmente, a meta da educação feminina desviou-se da chamada providência da mulher de agradar ao marido e administrar a casa. As mulheres devem ser educadas, porquanto é preciso melhorar a sua capacidade intelectual e individual, de modo a obterem o mesmo valor e uma posição social igualitária ao homem. A educação não só aponta para a aquisição de vários conhecimentos capazes de garantirem um sustento, mas também visa corrigir defeitos, melhorando a forma de viver. A educação não serve para fazer alguém obedecer, mas para modificar a alma.

²⁵ Osório, Ana de Castro (1905), *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, pp. 44-45.

²⁶ *Ibidem.* p. 46.

Conclui-se, portanto, que os pontos de vista de Ana de Castro Osório correspondem à raiz da educação.

O primeiro liceu feminino oficial - o Maria Pia em Lisboa - foi criado em 1906. Nos anos iniciais, as meninas já tinham acesso a disciplinas lecionadas nos liceus masculinos, a saber, “Matemática, Língua e Literatura Portuguesa, Ciências Físicas e Naturais, Francês e Inglês e Alemão.”²⁷ Porém, existia ainda uma educação específica para as mulheres, que incluía disciplinas no âmbito das tarefas domésticas e as preparava para a sua missão de esposa e mãe.

A fundação deste liceu feminino não teve como objetivo transformar as mulheres em cidadãs socialmente relevantes, tampouco surgiu para satisfazer uma necessidade educativa. A principal razão da sua criação prendeu-se com a falta de liceus femininos privados, motivada pelo crescente número de alunas. Neste contexto, cada vez mais alunas rumaram aos liceus masculinos para receberem educação, ainda que o ensino misto não fosse ainda aceite nesta época púdica. Atente-se na opinião do bispo de Coimbra sobre a ideia: “Não se compadece com os nossos costumes, e com o recato e pudor de uma menina que vale nela mais que tudo, a promiscuidade literária e científica dos dois sexos em aulas comuns, e em estudos experimentais nos gabinetes e laboratórios das ciências naturais”²⁸. A segunda razão subjacente à criação do Liceu Maria Pia foi que a educação oferecida nas escolas masculinas não era considerada favorável à grande missão das mulheres.

²⁷ Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *Universos Femininos em Portugal: Retrato da Burguesia em Lisboa :1890-1930*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, p. 50.

²⁸ Bispado de Coimbra, *A Educação da Mulher Portuguesa - Doutrinas Expostas pelo Bispo de Coimbra no Real Colégio Ursulino de Coimbra e no Santa Joana de Aveiro*, 10 a 17 de agosto, p. 25.

Em julho de 1918, as disciplinas especiais para as mulheres foram finalmente canceladas por força de decreto, na sequência de uma série de protestos. No mesmo ano surgiu outra instituição dedicada ao ensino feminino, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho, com disciplinas que garantiam às mulheres uma saída profissional. A partir daí, a educação feminina alheou-se da responsabilidade familiar das mulheres, para lhes garantir papéis sociais. No nosso entender, só neste momento as mulheres portuguesas lograram realmente o direito à educação.

Nos anos 70 e 80, conquanto as raparigas já tivessem acesso à educação, abandonavam os estudos mais cedo que os rapazes. Isto porque as mulheres, “mesmo com habilitações semelhantes, continuavam em desvantagem no trabalho pago”²⁹. Numa perspetiva realista, as pessoas não viam frutos significativos em resultado da educação das raparigas. Continuavam, portanto, a dar importância insuficiente à educação feminina e a taxa de analfabetismo feminino (38,7%) mantinha-se ligeiramente mais elevada do que a do sexo oposto (25,1% naquela época).

Quadro 2 - Grau de instrução e taxa de escolarização de indivíduos com 20 ou mais anos por género (1970) (%)³⁰

Grau de Instrução	Taxa de Escolarização	
	Homem	Mulher
Não sabia ler	25,1	38,7
Sabia ler sem ter frequentado a escola	7,1	6,6
Ensino Primário Completo	54,6	46,8
Incompleto	40,1	27,6
	14,4	19,1

²⁹ Magalhães, Maria José (1998), *Movimento feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*, Oeiras: Celta Editora, p. 35.

³⁰ Romão, Isabel (1978), *Situação das Mulheres Portuguesas perante A Educação*, Lisboa: Edição da Comissão da Condição Feminina, p. 7.

Frequentado	0,1	0,1
Ensino Secundário	9,8	6,4
Completo	2,4	1,8
Incompleto	6,8	4,1
Frequentado	0,6	0,5
Ensino Superior	3,0	1,4
Completo	1,4	0,5
Incompleto	0,9	0,5
Frequentado	0,7	0,4

O feminismo português de segunda vaga mudou o foco do acesso à educação para um sentido mais profundo, isto é, “o significado da escolarização na formação das mulheres.”³¹ As feministas atribuíam a posição profissional e política desvantajosa das mulheres a uma educação insuficiente ou inadequada.

Na comparação do processo de luta pelo direito à educação na China e em Portugal, destacam-se várias semelhanças. Em primeiro lugar, a luta pelo direito à educação das mulheres foi iniciada por vozes masculinas, em ambos os países: Liang Qichao na China (final do século XIX) e Luís António Verney em Portugal (meados do século XVIII). Antes de gozarem deste direito, as mulheres, muitas delas analfabetas, estavam completamente limitadas por uma mentalidade tradicional que as conduzia apenas a um papel familiar, para o qual não precisavam qualquer erudição, ou para o qual a erudição era até contraproducente. Portanto, elas não tinham consciência da necessidade de uma instrução formal nem contestavam uma posição inferior, secundária e marginal na sociedade, tanto na China como em Portugal.

A segunda semelhança prende-se com os conteúdos escolares recomendados

³¹ Magalhães, Maria José (1998), *Movimento feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*, Oeiras: Celta Editora, p. 35.

por aqueles dois pioneiros. A educação feminina preconizada não era igual à que os homens recebiam, mas pretendia aperfeiçoar o desempenho da mulher no seio familiar. Liang Qichao frisou ainda que as mulheres deviam ter alguma formação para arranjar um emprego e, deste modo, aliviarem a pressão dos seus maridos. Nenhum deles advoga a educação feminina para o bem das próprias mulheres.

A tradição estava extremamente enraizada na mentalidade coletiva de homens e mulheres, quer na China, quer em Portugal. Em ambos os países se percebe um contexto patriarcal e uma sociedade baseada num sistema em que os homens detêm todo o poder.

Os dois países sofreram um processo de desvinculação gradual da educação em relação ao papel tradicional da mulher, baseado no cuidado do lar e da família. Durante o desenvolvimento da educação feminina, foram emergindo mulheres que disseminaram ideias inovadoras sobre a educação, lutando ativamente na primeira linha pelos seus poderes e pela sua emancipação. Entre estas destaca-se o pensamento impressionante da feminista Ana de Castro Osório, pela sua profundidade e plenitude. Por fim, a implantação da República impulsionou, em certa medida, a educação feminina nos dois países.

Hoje em dia, a educação das mulheres está perfeitamente generalizada, a ponto do número de universitárias superar o número de alunos do sexo oposto, fenómeno que se regista na China e em Portugal. Podemos concluir, com toda a certeza, que as mulheres não têm capacidades intelectuais inferiores às dos homens.

I.2 No namoro e vida conjugal

No passado, a desigualdade sexual era igualmente notória no espaço privado, corporizada na supressão da sexualidade fora do casamento, na ausência do direito de propriedade e na dificuldade de pedir o divórcio por parte da mulher.

I.2.1 Visão histórica e atual sobre as relações pré-matrimoniais nas duas sociedades

No passado, as mulheres chinesas e portuguesas estavam praticamente presas no seio do espaço privado, não lhes sendo permitida grande participação social. Em algumas dinastias da China, as donzelas não tinham direito de passearem nas ruas, exceto em determinados festivais. Tampouco podiam atender hóspedes do sexo masculino em casa. No caso das mulheres portuguesas, o único espaço público ao qual se podiam deslocar era a igreja, mas, no caso das de classe mais elevada, sempre acompanhadas por criados. Aliás, a educação inculcia às mulheres o comedimento, a obediência e o recato, como bons comportamentos femininos, o que comprometia bastante a sua iniciativa numa relação amorosa. Além disso “o namoro, enquanto xadrez que envolvia uma comunicação com o espaço de fora – a rua – poderia desencadear a suspeita sobre a honra de uma jovem.”³² Por isso, dificilmente tinham oportunidade de namorar livremente e ainda menos de manterem qualquer relação

³² Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *op. cit.*, p. 99.

pré-matrimonial. De resto, o objetivo da sexualidade não era a volúpia, mas a concepção.

Numa sociedade hierárquica como esta, durante um longo tempo, o homem desempenhou o papel de governador, enquanto a mulher foi remetida para o papel de vassalo. Palavras como “virgindade”, “pudor”, “castidade”, entre outras, limitaram o direito ao sexo por parte das mulheres.

Como tivemos oportunidade de enfatizar na alínea anterior, a educação tradicional enfatizava muito a moralidade. Valorizar a virgindade era um ponto chave e um assunto bastante vincado nos materiais de educação feminina.

Na dinastia Qin (221 a.C.-206 a.C) já existiam leis que advogavam a preservação da virtude por parte das mulheres. Porém, não era nada rígido. Na dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.), Liu Xiang (刘向, *liú xiàng* 77 a.C-6 a.C) escreveu a “História de Mulheres Exemplares”³³, obra clássica importante no contexto da educação feminina, onde listou virtuosas personagens para servir como modelos de comportamento para as mulheres. Aliás, a parte da fidelidade ao marido duma esposa – o conteúdo principal do livro - foi demasiado acentuada no ensinamento moral feminino das gerações seguintes.

A dinastia Tang (618-907 d.C.), uma das mais prósperas durante a China antiga, foi a dinastia mais aberta e tolerante de todas. “Na sociedade da dinastia Tang, a liberdade sexual era relativamente grande, notando-se a normalidade da relação

³³ O nome original do livro em chinês é "烈女传" (liè nǚ zhuàn). TdA.

pré-matrimonial.”³⁴ Em algumas regiões, a união de facto - duas pessoas que não se casavam, mas moravam juntas como se fossem cônjuges - surgiu como um costume socialmente aceite. No entanto, esta união de facto registada ao longo da dinastia Tang era díspar da união ocidental, que se baseia na liberdade sexual absoluta. Antes da sua realização, as pessoas tinham que assinar um acordo de união pré-matrimonial. A atitude recetiva face às relações pré-matrimoniais nesta época foi abordada em obras literárias, nomeadamente no romance “Yingying”³⁵, que narra uma história de namoro livre entre a filha de uma família aristocrática Yingying e um jovem estudante Zhang Sheng. Os dois apaixonaram-se à primeira vista e, em breve, o amor veemente resultou numa união em secreto. Por várias razões, eles acabaram por se casar com outras pessoas, segundo a história, embora Yingying não fosse virgem, isso não a impedia de casar com outro homem. De qualquer forma, enquanto sociedade muito conservadora, a posição da mulher mantinha-se inferior.

Após a dinastia Tang, não houve nenhuma outra tão tolerante com a mulher durante a era feudal. Comentários a favor do constrangimento da liberdade sexual da mulher mantiveram-se constantes, mas, para sermos específicos, a pressão e os constrangimentos mais rígidos foram exercidos durante as dinastias Song (宋, 960-1279), Ming (明, 1368-1644) e Qing (清, 1644-1912). Havia um ditado popular durante a dinastia Song que dizia: “Morrer de fome não é significativo, mas perder a virtude é grave”³⁶. Exigia-se às mulheres um afastamento/isolamento do sexo oposto:

³⁴ Liu, Dalin (1993), *A Cultura Sexual da China Arcaica*, Ningxia: Editora do Povo Ningxia, p. 449. Texto original: “唐代社会的性自由度较大, 主要表现在婚前性行为普遍。” TdA.

³⁵ O nome original do livro em chinês é “莺莺传” (yīng yīng zhuàn). TdA.

³⁶ Texto original: “饿死事小, 失节事大”. TdA.

qualquer tipo de contacto físico com outros homens que não o marido era proibido, portanto nem se punha a hipótese de uma relação pré-matrimonial.

Depois de consultar bibliografia e informações relacionadas com o tema, lamentamos que nunca se tivesse feito qualquer revolução com o objetivo direto de conquistar a liberdade sexual ou o direito a relações pré-matrimoniais na China. A aceitação de relações pré-matrimoniais foi um “efeito colateral” de alguns movimentos contra a desigualdade de género ou das revoluções político-sociais.

A libertação de mentalidades alcançada com o *Movimento Quatro de Maio* (4 de maio de 1919) trouxe o direito ao namoro livre e o fim dos casamentos arranjados. Em concomitância, começaram a registar-se uniões de facto entre as gerações mais jovens. Depois do estabelecimento da República Popular da China, em 1949, e até meados dos anos 70, a sexualidade era um tabu, um tema proibido. Ter uma relação sexual fora do casamento era uma mancha enorme na vida, constituindo mesmo um obstáculo à promoção profissional.

O maior impulso para a aceitação das relações pré-matrimoniais foi trazido pela estratégia de abertura económica (1976-1990), política que não só gerou um crescimento exponencial da economia, como também uma abertura ao mundo por via do comércio. Há um antigo provérbio chinês que se adequa às circunstâncias de então: “Aqueles que são bem alimentados e agasalhados tendem a ser arreitados.”³⁷ Com a melhoria das condições da vida, os cidadãos não precisavam de se esforçar tanto para terem uma vida confortável, pelo que começaram a exigir maior qualidade de vida.

³⁷ Texto original: “饱暖思淫欲。” TdA.

Neste contexto, o sexo tornou-se um tema de conversa entre os amigos próximos e as relações pré-matrimoniais foram mais aceites pelos jovens.

Hoje em dia, a atitude em relação à virgindade varia muito, de acordo com a idade e os locais de origem. “Segundo uma investigação realizada em 2010 a chineses entre os 14 e os 17 anos, 43% dos jovens era a favor de manter a virgindade. No entanto, a cada ano, mais 14% de mulheres rejeitam a ideia de manterem o celibato até ao casamento. De uma maneira geral, as pessoas das regiões mais desenvolvidas e ricas aceitam mais facilmente as relações pré-matrimoniais. Afinal, 71,4% de chineses já tiveram uma relação sexual pré-matrimonial”³⁸. Ainda hoje e após um longo processo de abertura, não são todos que aceitam a liberdade sexual; as mulheres em particular preocupam-se que o seu potencial cônjuge tenha alguma obsessão pela virgindade e, portanto, mantêm uma atitude cautelosa acerca das relações pré-matrimoniais.

Em Portugal, a educação sexual era igualmente tabu, não eram permitidas relações antes do casamento, tanto para os rapazes como para as raparigas. Assim o referem Serrão e Marques (1976): “A sociedade portuguesa sofria a dupla pressão do cristianismo tradicional e do puritanismo moralista de tipo vitoriano”³⁹. No entanto, os rapazes conseguiam aceder a alguma informação através de alguns livros que os seus pais lhes passavam. Muitas vezes, estes livros transmitiam ideias negativas sobre a masturbação e relações sexuais fora do casamento, acentuando a castidade. No caso

³⁸ Cf. http://news.ifeng.com/society/2/detail_2014_02/07/33591204_0.shtml Consultado a 7 de Março. TdA.

³⁹ Serrão, Joel & Oliveira Marques, A. H. de (1976), *Nova História de Portugal vol. XI: Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, p. 389.

das mulheres portuguesas, o seu conhecimento acerca da sexualidade era obviamente menor.

O namoro em Portugal foi generalizado mais cedo que na China; já no século XIX existia o namoro secreto ou vigiado pelos pais. Cecília Barreira descreve-o na sua obra *Universos Femininos em Portugal*: “os jovens exprimiam a sua paixão através de gestos subtis, como acenar o leque, lançar olhares furtivos ou um simples descalçar de luvas”⁴⁰. Era um namoro que não envolvia quase nenhum contacto corporal, como sublinha a mesma autora: “A mulher tornada inacessível pelas normas sociais representa no imaginário romântico uma irrealdade enquanto anjo, fada do lar, deusa ou sol da existência.”⁴¹

De acordo com a descrição da mesma autora, “só quando o rapaz, na companhia dos seus pais, ia pedi-la em casamento, é que (no máximo) lhe era permitido um beijo respeitoso à sua futura esposa⁴², sem que houvesse, como resumiu Pierre Dufoye, “mistura de algum desejo consciente ou voluntário de sensualidade”⁴³. Tudo acontecia sob a vigilância de alguns familiares ou das criadas. Neste contexto, é óbvio que perder a virgindade durante o namoro não era socialmente aceite; seria o equivalente a perder a pureza. Havia até maneiras ridículas para inferir se uma jovem era virgem ou não, tal como “contemplar se a menina tinha olhos límpidos e voz timbrada”, nas palavras de Cecília Barreira.⁴⁴

⁴⁰ Cf. Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *op.cit.*, p. 98

⁴¹ Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *op. cit.*, p. 102.

⁴² Cf. Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *op.cit.*, p. 113

⁴³ Pierre Dufoye (1947), *O Livro da Rapariga. O casamento*, Coimbra: Casa do Castelo, p. 139.

⁴⁴ Cf. Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *op.cit.*, p. 114

Sendo Portugal um país muito católico, as pessoas tinham que cumprir as doutrinas que exigem que os nubentes se mantenham castos.

Segundo a Bíblia, a pureza entre o homem e a mulher é fundamental, sendo muitos os santos que elogiam a castidade. Ter qualquer tipo de relação pré-matrimonial era encarado como luxúria, um pecado grave que devia ser *lavado* com a vida.

Porém se isto for verdadeiro, isto é, que a virgindade não se achou na moça, então levarão a moça à porta da casa de seu pai, e os homens da sua cidade a apedrejarão, até que morra, pois fez loucura em Israel, prostituindo-se na casa de seu pai; assim tirarás o mal do meio de ti. (Deuteronômio 22:20, 21)⁴⁵

No entanto, a supressão religiosa da sexualidade não se dirigia apenas à mulher, mas também ao homem, o que oferece um pouco mais de justiça.

Os portugueses da atual geração já não atribuem particular importância ao facto da mulher ser virgem. Essa mentalidade foi totalmente ultrapassada, os jovens portugueses já não relacionam obrigatoriamente namoro e casamento. O namoro não passa de um processo para conhecer totalmente o parceiro, tanto a nível emocional como físico.

⁴⁵ Fonte: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/dt/22/20,21> Consultado a 13 de Março

No fundo, a raiz dos constrangimentos à sexualidade feminina na China reside na crença da posição inferior da mulher, já que nunca se exigia que os homens mantivessem a sua pureza. No caso de Portugal, isso resultava principalmente do machismo. A virgindade foi, durante muito tempo, como uma algema exclusiva da mulher, conferida por uma sociedade machista na qual a mulher não passava de uma espécie de propriedade privada dos homens, em que outros não deviam tocar. Neste caso, as mulheres equivaliam a objetos, o casamento parecia um consumo e a virgindade uma embalagem. As mulheres não virgens eram vistas como um produto usado, sempre que a embalagem tivesse sido aberta por outrém, o produto era desvalorizado, transformava-se num produto em segunda mão. A educação que recebiam restringia a aspiração natural da mulher a qualquer relação, transformava a sexualidade em algo perverso, as mulheres nem se atreviam a exigir igualdade nesta matéria.

Esperamos que o futuro elimine completamente esta mentalidade injusta e machista entre os chineses.

1.2.2 O Papel da Mulher na Vida Conjugal e o Direito ao Divórcio

Tanto a sociedade chinesa como a portuguesa foram assombradas pelo machismo e patriarcalismo no passado. Na vida conjugal, isso era bastante acentuado. Desde logo porque, nas duas sociedades, especialmente nas classes mais altas, o casamento não envolvia só os dois jovens nubentes, era também uma união das

famílias. Muitas vezes, o casamento era arranjado pelo patriarca, de maneira a equilibrar a estirpe e os interesses bilaterais, políticos ou económicos. Ou seja, tratava-se de um acordo entre duas famílias. Só no século XX esta prática deixou de ser generalizada na China e em Portugal, devido à mudança de mentalidade e à progressiva igualdade de género fruto da Revolução Xinhai e da Revolução Francesa. Na vida conjugal, as mulheres tinham que obedecer em tudo aos maridos. A administração da família cabia sempre ao sexo masculino, as mulheres ficavam totalmente sob o domínio do seu marido, como se fossem um dos seus bens.

A legislação portuguesa confirmou o estado inferior das mulheres na família. Quando se casava, a mulher perdia toda e qualquer independência, perdia o direito a controlar mesmo os próprios bens. Assim o menciona Cecília Barreira no seu trabalho:

O artigo 1185 do Código Civil refere nomeadamente a prestação de obediência ao marido por parte da mulher; o artigo 1187 vai mais longe ao ponto de a proibir de publicar qualquer escrito sem a autorização marital; o artigo 1189 refere que a administração de todos os bens do casal pertence ao marido, e só pertence à mulher na falta ou no impedimento dele.⁴⁶

Na China, na maior parte das dinastias, os homens tinham direito de

⁴⁶ Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *op. cit.*, p. 119.

concubinagem, enquanto as mulheres eram obrigadas a manter a distância de outros homens. No final da era feudal, a mulher viu-se mesmo privada do direito de casar, preconizava-se que só devia ficar com um homem toda a vida, ou seja, caso enviuvasse era impedida de contrair novas núpcias.

Havia um ditado chinês muito popular nesta época que dizia, “a mulher tem o cabelo comprido mas a visão curta”⁴⁷, revelador da falta de estima em relação às mulheres e à sua inteligência. Sob esta lógica, as chinesas não podiam intervir muito nas decisões familiares. Este ditado ridículo teria alguma razão, já que as mulheres não tinham acesso ao conhecimento, limitando-se a receber conceitos domésticos e morais: a educação restrita vedava-lhes acesso a conhecimentos universais, impedindo-as de ampliarem os seus horizontes. De acordo com Karl Marx, “a infraestrutura determina a superestrutura”⁴⁸. Mulheres detentoras de uma educação deficiente, não poderiam sustentar-se através do seu trabalho, permanecendo dependentes. Quando a única fonte de recursos económicos de uma família é o salário do marido, como é que a mulher se atreve a fazer ouvir a sua voz?

A desigualdade no direito ao divórcio entre homens e mulheres era igualmente acentuada no fim da época feudal (nas dinastias Song e Qing). Ao longo da dinastia Song fortaleceram-se os grilhões femininos; as mulheres não podiam pedir o divórcio enquanto aos homens bastava escreverem uma carta a esclarecer as suas razões para abandonarem a esposa. De facto, o divórcio nesta época resumia-se ao abandono da esposa por parte do marido. Em Portugal, a situação seria um pouco melhor, na

⁴⁷ Texto original: “女人头发长见识短。” TdA.

⁴⁸ Fonte: <https://zh.wikipedia.org/wiki/上层建筑>. Consultado a 16 de Março.

medida que as mulheres usufruíam do direito à separação judicial de pessoas e bens. Porém, as condições para pedir o divórcio não eram iguais para os dois sexos. “Para o marido bastaria alegar o simples adultério da esposa... para a mulher necessário seria que o adultério do marido fosse cometido com o escândalo público ou completo desamparo da mulher”⁴⁹.

Na primeira República da China (1912-1913), ao mesmo tempo que germinava o movimento feminista no país, o governo aprovou uma lei que permitia à mulher iniciar o pedido de divórcio. Mesmo assim, o muro da mentalidade tradicional chinesa não foi ultrapassado: uma mulher que tomava a iniciativa de pedir o divórcio era vista como rebelde e dificilmente tornava a casar-se.

No século XIX, em Portugal, o número de mulheres e de homens que pediam a separação judicial era relativamente equilibrado, registando-se a mesma situação na China apenas no século XX.

Quando a educação lhes impedia a aquisição de uma qualquer aptidão profissional capaz de garantir o sustento, as mulheres desempenhavam um papel inferior que as obrigava a assumirem uma posição passiva na vida conjugal. Para uma mulher sem remuneração, o abandono do marido era um desastre. Atualmente, as mulheres ocupam vários cargos profissionais que lhes permitem viver do seu salário, independente e dignamente. Assim, cada vez mais mulheres buscam a felicidade conjugal, assumindo que não têm de ser subservientes ou tolerarem maus tratos e desrespeito. Nas cidades chinesas, muitas mulheres tendem a administrar as contas da

⁴⁹ Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *op. cit.*, p. 120.

casa, gerindo o salário do marido. Todavia, em algumas regiões rurais do norte da China ainda existe muita pressão social que mantém os velhos estereótipos: se quem manda é a mulher, as pessoas encaram o marido como um fraco, aos seus olhos este perde a masculinidade.

Nos últimos anos, tem crescido a tendência dos casais portugueses fazerem tudo de maneira relativamente igualitária e democrática, como dividir as contas e as tarefas domésticas.

Na mentalidade tradicional chinesa presta-se imensa atenção à harmonia familiar. “Se a família está em harmonia, tudo ficará próspero”⁵⁰, diz um ditado. Além disso, tradicionalmente, o divórcio era visto como algo humilhante. Portanto, os chineses faziam tudo para manter a harmonia familiar e, sendo o divórcio uma quebra dessa harmonia, era a última escolha.

A taxa de divórcio em Portugal mostra que os portugueses há muitos anos que não toleram uma má relação, enquanto isso só acontece na China mais recentemente. Isto permite entender a diferença na taxa do divórcio dos dois países.

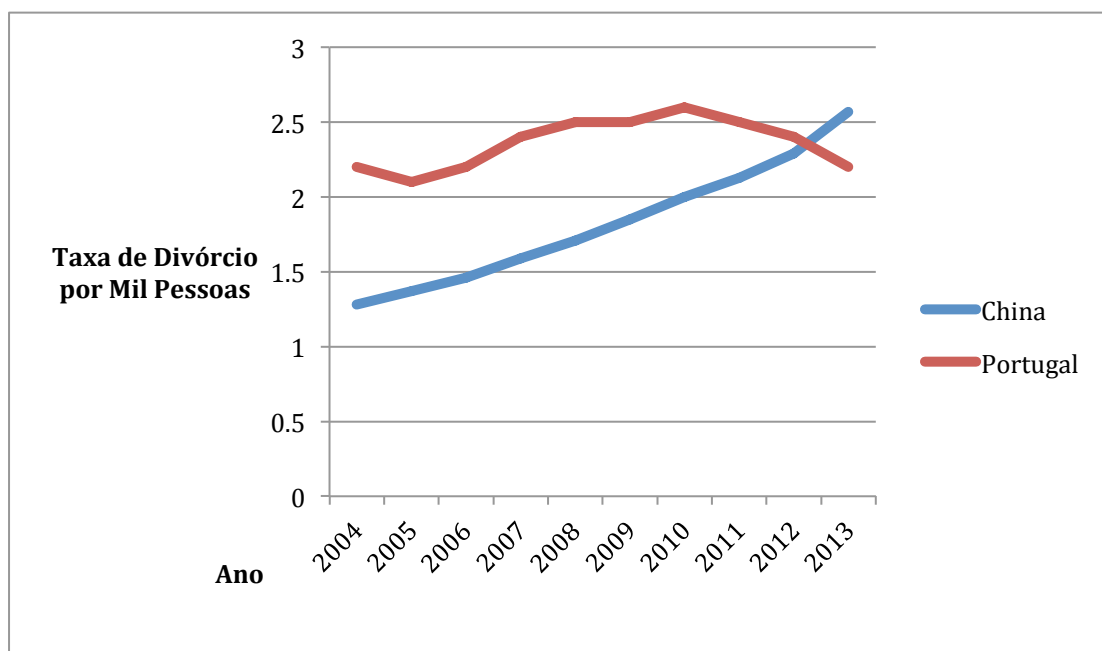
O Gráfico 2 revela também um aumento constante da taxa do divórcio na China o que, por um lado, tem a ver com a melhoria da situação da mulher. Segundo uma pesquisa, entre os divórcios dos chineses que nasceram nos anos 80, a percentagem de pedidos iniciados pela mulher oscila entre 70% e 80%.⁵¹ Por outro lado, as ideias liberais do Ocidente têm-se propagado no país, os chineses assumem

⁵⁰ Texto original: “家和万事兴。” TdA.

⁵¹ Fontes dos dados: <http://finance.ifeng.com/news/hgjj/20090807/1057232.shtml> e <http://www.statista.com/statistics/279449/divorce-rate-in-china/> Consultado a 30 de Março. TdA.

uma perspectiva mais aberta sobre o casamento e também dão mais importância à qualidade das relações maritais.

Gráfico 2 - Taxa Bruta de Divórcio⁵²



⁵² Fonte dos dados: <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> Consultado a 4 de Abril. TdA.

Capítulo II

A Vida Profissional das Mulheres na China e em Portugal na Atualidade

Com a aquisição do direito à educação, as mulheres entraram no espaço público e assumiram alguns cargos que eram considerados exclusivos dos homens. Mas a desigualdade profissional ainda persiste em ambos os países. As mulheres têm de enfrentar a “genderização” de certos empregos e salários mais baixos que o sexo oposto.

II.1 A situação na China

Falando concretamente sobre o século XXI, com o alargamento da admissão nas instituições de ensino superior na China, as mulheres trabalhadoras são mais instruídas e registam uma maior empregabilidade em vários setores. A população empregada feminina perfaz cerca de 45,8% do total da população empregada nos últimos anos (2011-2014), registando-se no entanto um decréscimo em relação ao século anterior.⁵³

De uma maneira geral, a facilidade das mulheres na busca de emprego concentra-se em cargos do setor terciário, talvez porque a maioria destas profissões requer uma boa capacidade da comunicação e de interação, características tradicionalmente associadas ao sexo feminino, pois têm sido cultivadas na educação das mulheres. Aliás, “considera-se que as mulheres têm uma melhor expressão linguística, o que facilita a comunicação.”⁵⁴ Derivado destas conceções sobre as características femininas, as mulheres apresentam uma grande quota como vendedoras,

⁵³ Fonte dos dados: <http://data.worldbank.org.cn/indicador/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?page=4> Consultado a 14 de Abril. TdA.

⁵⁴ Fonte: <http://www.xzbu.com/9/view-6276291.htm> Consultado a 15 de Abril

secretárias, jornalistas, intérpretes e professoras. Para além disso, as mentalidades tradicionais sobre a mulher facilitam a busca de empregos no ramo do serviço doméstico e da saúde (relacionados com o "tomar conta de outrém").

Para além dos cargos no setor terciário, as mulheres também representam uma grande percentagem na área de fabrico dos produtos industriais ligeiros, com destaque para a indústria têxtil. Estes trabalhos não requerem muita força física ou técnica avançada. Em contrapartida, a mão de obra feminina é menos bem paga que a masculina, o que permite poupar custos.

Contudo, as mentalidades tradicionais apresentam-se mais pejorativas do que positivas na carreira profissional da mulher, por implicarem muitas restrições na escolha da sua profissão até aos dias de hoje. Algumas mulheres são afetadas pela ideia tradicional de que a vida deve girar à volta da família, sem ocupar nenhum cargo socialmente relevante. Esta ideia *evoluiu* da seguinte forma: a mulher deve dedicar-se à família, que serve de palco principal na sua vida, não devendo por isso investir demasiado tempo e energia na carreira.⁵⁵ Portanto, as mulheres focam-se muito na estabilidade, em detrimento dos conhecimentos adquiridos no seu curso, da remuneração e das perspetivas de promoção profissional. Um emprego estável e pouco stressante permite-lhes reservarem energia e tempo para um bom desempenho familiar.

Além disso, as chinesas ainda sofrem preconceitos das empresas, que afetam

⁵⁵ Cf. Xia, Yixue (2010), *O Dilema de Papel das Mulheres Intelectuais Modernas e as Relativas Estratégia de Solução: Demonstrando Chen Hengzhe, Yuan Changying e Lin Huiyin como Exemplos*, Pequim: Instituto das Mulheres Chinesas, p. 1.

negativamente a sua contratação e as oportunidades no acesso ao emprego.

No âmbito dos trabalhos pertencentes à classe alta, casos como “só se empregam pessoas do sexo masculino, ou preferencialmente pessoas do sexo masculino”, representam 20,6%. Relativamente aos cargos que requerem muita qualificação técnica e têm boas perspectivas profissionais, em 47% de todos estes cargos há mais empregados do sexo masculino do que feminino.⁵⁶

De acordo com um relatório publicado em 2010 pela Federação da Mulher da China, 56,1% de mulheres sentiu ter menos oportunidades de emprego que os homens.⁵⁷ O NADS⁵⁸ realizou uma experiência de distribuição de currículos em 2015. Participaram neste estudo cem estudantes universitários, tendo cada um deles elaborado um currículum vitae de acordo com a sua realidade e outro igual ao primeiro mas com indicação de que se tratava de um indivíduo do sexo oposto. No final, chegou-se às seguintes conclusões:

1. Com a entrega do mesmo CV, há mais 42% de homens do que de mulheres que recebem um convite para entrevista.

⁵⁶ Shi, Jie (2012), *O Estudo Teórico e Prático sobre a Libertação da Mulher Chinesa na Era Nova*, Xinjiang: Universidade de Xinjiang, pp. 120-121. Texto Original: “20.6%存在只招男性或同等条件下优先招用男性。47.0%存在在技术要求高, 有发展前途的岗位上男性比女性多的情况。” TdA.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ NADS: The National Academy of Development and Strategy. NdA.

1. As notas na escola e o grau acadêmico não aliviam a discriminação sexual na busca de emprego. Ao contrário, as mulheres com as melhores notas e o grau acadêmico mais elevado confrontam-se com a discriminação sexual mais grave.⁵⁹

Outro problema bastante significativo na carreira profissional feminina que ainda persiste é a distribuição desigual das mulheres no mercado do trabalho, isto é, a concentração de mulheres em algumas profissões, enquanto noutras há muito poucas. As profissões onde se empregam mais mulheres do que homens tendem a ter características relacionadas com as definições tradicionais da mulher ou com os estereótipos do feminino: professora, vendedora, secretária, atriz, dançarina. Considerando que as mulheres nos últimos dois séculos se expuseram bastante no espaço público, as escolhas das profissões e dos cursos universitários ainda são bastante limitadas pelas definições tradicionais de feminilidade.

Mas a situação vem melhorando, já há muitas mulheres que escolhem cursos que outrora eram considerados adequados para os homens, como engenharia civil, engenharia mecânica ou metalurgia, trabalhando depois nessas áreas. As mulheres com graus acadêmicos superiores escolhem as suas profissões de acordo com os cursos com maior empregabilidade ou com base nos seus interesses, esquivando-se à mentalidade e a uma profissão tradicional feminina. Há ainda outras mulheres que enveredam por carreiras que eram consideradas redutos masculinos, existem já muitas mulheres taxistas, polícias, médicas ou gestoras.

⁵⁹ Cf. <http://nads.ruc.edu.cn/displaynews.php?id=2397> Consultado a 20 de Abril

Com o tempo, e à medida que se generaliza a educação de nível universitário entre o sexo feminino, cada vez mais mulheres vão saltando de profissões de nível baixo, para as quais não é exigido um elevado domínio técnico, para profissões de elite, que exigem maior criatividade e criação de valor. Contudo, a quota da participação da mulher em profissões baseadas em conhecimento especializado ainda não se equipara à do sexo oposto.

O nível médio das profissões femininas é inferior ao nível médio das masculinas. Ou seja, há mais homens nas profissões bem pagas e com melhor prestígio social. Em relação aos cargos dirigentes e aos quadros superiores das empresas, o homem ainda ocupa uma esmagadora maioria dos postos de trabalho.

A percentagem de mulheres com profissões intelectuais ainda é pequena, enquanto a figura da mulher aparece mais nas profissões que não requerem força física, tais como operária em fábricas têxteis ou noutras fábricas da indústria ligeira, funcionárias no ramo do comércio ou outras áreas pertencentes ao setor terciário (que só requerem o domínio de técnicas simples para assumir o cargo), no qual as trabalhadoras ocupam 50%. Ao mesmo tempo, nas indústrias do conhecimento intensivo, a proporção de mulheres e de homens aproxima-se de 1:2... Tratando-se do cargo de líder, só 11,8% dos líderes são mulheres. Na área da investigação

científica, as mulheres só ocupam 37%...”⁶⁰

Em conclusão, uma taxa de emprego feminina relativamente alta revela que, atualmente na China, as mulheres não têm muita dificuldade em arranjar empregos. Contudo, a discriminação sexual ainda está bastante presente, afetando diretamente a distribuição profissional, ainda que já haja alguma presença feminina em muitas profissões que eram consideradas exclusivamente masculinas e o nível dos cargos também se tenha elevado. A “genderização” dos empregos significa que as mulheres encontram com mais facilidade posições nas áreas profissionais feminizadas, ao mesmo tempo que os homens ocupam mais lugares nas áreas de conhecimento especializado. Por fim, é de notar que as mulheres chinesas ocupam muito poucos cargos de liderança, quando comparadas com o sexo masculino.

II.2 A situação em Portugal

No último século, as mulheres portuguesas passaram por inúmeras limitações na busca de emprego provocadas pela mentalidade patriarcal, especialmente no que respeita à escolha autónoma de emprego. Por exemplo, a mulher não podia assinar um contrato de trabalho sem autorização do marido. Durante o Estado Novo, promulgaram-se alguns despachos que restringiam as categorias profissionais: era

⁶⁰ Zhang, Kangsi (2004), *Investigação das Finanças e da Economia: Análise da Discriminação Sexual no Mercado de Emprego*, Vol. 245, p. 2. Texto original: “女性在智力型职业中的比例小, 在体力型职业中所占比例大。纺织、轻工、商业、服务行业中居于一线的(只需具有简单技术即可上岗)女职工几乎占了50%以上。在智力型转变的职业中, 女性就业比例仅为男性的50%;特别是在领导岗位上的女性仅占总数的11.8%, 男女比例将近9:1;事业单位和管理部门中, 男性占77.3%, 女性仅为22.7%;从科研部门看, 男性占63%, 女性占37%。” TdA.

proibido às mulheres ocuparem-se de trabalhos que fizessem “mal à saúde”, o que incluía o trabalho noturno, subterrâneo, etc. Havia uma necessidade de proteção em relação a trabalhos para os quais não estavam adaptadas fisicamente. Portanto, as profissões concentravam-se nos ramos tradicionais femininos, onde as mulheres também eram mal pagas e pouco qualificadas. “Segundo estimativas do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, de 1971, as mulheres representavam apenas 21% do total da população economicamente ativa, e apenas 16% do conjunto da população feminina”⁶¹.

No século XXI, as oportunidades de emprego para as mulheres portuguesas expandiram-se bastante, como revela o salto enorme da taxa da população empregada e uma maior variedade de categorias profissionais com presença feminina. As mulheres representavam cerca de 48,1% da população total empregada em anos recentes (2011-2014),⁶² revelando uma participação profissional mais equilibrada do que a da China no mesmo período. As mulheres já não enfrentam obstáculos óbvios ao escolherem os seus empregos.

Como na China, uma esmagadora maioria das mulheres empregadas aparece no setor terciário; este absorvia 65% do total das mulheres empregadas em 2005, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), seguindo-se a indústria, com 34%.

⁶¹ Arquivo Digital de Maria de Lourdes Pintasilgo (1971), Documento 0021.003, Grupo de Trabalho para a Definição de um Política Nacional Global acerca da mulher, Relatório das ações desenvolvidas, fevereiro de 1971, *apud*, Ferreira, Virgínia (2010), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, p. 34. Fonte: http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Trab_Iguald_DSocial_Estudos9.pdf.

⁶² Fonte dos dados: <http://data.worldbank.org.cn/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?page=4> Consultado a 23 de Abril.

No que se refere à distribuição profissional, nota-se uma propensão feminina para profissões relacionadas com serviços e vendas, saúde, educação, indústria têxtil e do vestuário. Ou seja, à semelhança do que acontece na China, em Portugal também parece ser mais fácil arranjar emprego em áreas tradicionalmente consideradas femininas. O que diferencia os dois países é que em Portugal já há uma larga população feminina nas áreas mais qualificadas.

Com a eliminação da desigualdade em relação ao direito à educação entre os dois sexos, para além de aumentar o número de estudantes femininos com um grau académico elevado, este até ultrapassou o número dos estudantes do sexo masculino; as barreiras invisíveis que isolam as estudantes femininas de alguns cursos considerados masculinos foram desaparecendo pouco a pouco. Cada vez mais estudantes do sexo feminino se formam em cursos de engenharia, ciências, etc.

Em alguns destes cursos a percentagem de estudantes do sexo feminino até superou a do sexo masculino. Isso decide diretamente uma maior presença feminina em certos ramos. É o caso da Matemática e Estatística, onde as mulheres representavam 73% dos trabalhadores. “Outras áreas científicas onde as mulheres constituem uma maioria são: Jornalismo e informação (70%), Ciências Físicas (66%), Belas Artes e Artes Aplicadas (62%), Saúde (61%), Ciências Sociais (60%), Direito (54%), Administração de Empresas e Técnicas Comerciais (54%) e Indústrias de Transformação e Tratamento (53%)” (dados de 2008)⁶³.

⁶³ Cf. Amaro, Fausto, Moura, Rui, Neto, António, Quintino, Celeste & Serapicos, Rui (2008), *Igualdade de Género no Trabalho Situações Problemas e Perspectivas de Futuro*, Lisboa: Gráfica Manuel Barbosa e Filhos, p. 38.

Analisando estas estatísticas, constatamos que se regista hoje em Portugal uma grande presença de mulheres em áreas científicas e que o nível da feminização do emprego está relativamente elevado. Ainda assim, não podemos dizer que as portuguesas não se deparam com discriminação profissional, já que persistem desigualdades no que respeita à remuneração. Em 2013, o ganho médio feminino correspondia a 79,2% do ganho médio masculino⁶⁴. Isso mostra que o número de mulheres que consegue penetrar nas profissões bem pagas é menor do que o de homens, ou seja, as mulheres ainda enfrentam maiores desafios para obterem um bom emprego.

Em resumo, persistem em ambos os países desigualdades e segregação sexual, que dificultam a procura de emprego das mulheres. Contudo, o seu nível não é igual nos dois países. Na China, as estatísticas relativas à distribuição profissional mostram que algumas profissões de conhecimento especializado tendem a ser recusadas às mulheres, enquanto em Portugal já há muitas mulheres nestas áreas. No entanto, o fosso registado entre géneros no acesso à profissão reflete que as atividades económicas ainda estão maioritariamente nas mãos dos homens, em simultâneo, as mulheres desempenham um papel auxiliar, sobretudo na China.

⁶⁴ Fonte dos dados: <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> Consultado a 25 de Abril.

Capítulo III

O feminismo na China e em Portugal no século XX: Análise Comparativa

A desigualdade relativa das mulheres alimentou vários movimentos feministas, que atingiram o seu auge no século XX. Este capítulo visa comparar os contextos destes movimentos na China e em Portugal, os seus períodos embrionários e as suas ideologias.

III.1 Contextos e períodos embrionários do feminismo na China e em Portugal

No final do século XVIII, no seguimento da revolução francesa, o movimento feminista que começava a surgir em alguns países europeus de forma embrionária (nomeadamente, em França e na Inglaterra) começou a ser divulgado a todo vapor nos Estados Unidos e em outros países europeus. Enquanto isso, a China ainda estava extremamente sujeitada à mentalidade machista, sem qualquer tipo de resistência a isto entre os cidadãos. Porém, em 1851, o líder da rebelião Taiping estabeleceu um governo novo no sul da China, a que chamou *Reino Celestial Taiping*. Este líder foi o primeiro a tomar medidas em prol da igualdade de género na China com a aprovação de várias políticas relacionadas, nomeadamente a distribuição de terra tanto a homens como a mulheres e a proibição da tradição de enfaixar os pés. No entanto, isto não teve qualquer efeito no povo ou nas diferentes comunidades, que continuaram a seguir mecanicamente as suas tradições milenares.

O verdadeiro movimento feminista na China foi iniciado no final do século XIX, como uma parte da *Reforma dos Cem Dias*, numa sociedade agitada e em mudança. A China estava muito fraca sob a governação monárquica, sendo invadida

por várias potências. Perante isto, alguns intelectuais reclamaram uma mudança política no país, com a transição da monarquia absoluta para uma monarquia constitucional. Para além disso, procuraram transmitir técnicas de produção de armas e pensamentos ocidentais avançados, como a valorização do comércio e do conhecimento científico (o governo chinês colocara o foco económico do país na agricultura e nos conhecimentos humanos), incluindo ainda a ideia de libertação das mulheres por meio da criação de escolas femininas e empresas. Um reformista muito representativo desta corrente, o senhor Kang Youwei, estava consciente dos sofrimentos vividos pelas mulheres e rejeitou a teoria corrente de que elas eram mentalmente inferiores aos homens, alertando para a sua situação em *O Livro de Grande Harmonia* (大同书):

(Os homens e as mulheres) ambos têm o corpo do ser humano e a mesma inteligência. E ambos têm as pessoas mais próximas e amadas. Como é que a nossa sociedade permite contê-las, restringi-las, enganá-las, fechá-las, aprisioná-las, prendê-las, privá-las da sua autonomia, impedir o seu preenchimento dos cargos sociais (...) até não permitindo às mulheres receberem educação ou darem as suas opiniões...⁶⁵

Kang Youwei inspirou-se na teoria ocidental, nomeadamente na Declaração de

⁶⁵ Kang, Youwei 康有为 (1956), *O Livro de Grande Harmonia* (大同书), Beijing: Editora dos Livros Antigos, p.129. Texto original: “同为人之形体，同为人之聪明，且人人皆有至亲至爱之人，而忍心害理，抑之，制之，愚之，闭之，囚之，系之，使不得自立，不得任公事，(...)甚且不得事学问，不得发言论...”. TdA.

Independência dos Estados Unidos - “Consideramos estas verdades como auto-evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade”⁶⁶ -, e defendeu que todos os seres humanos possuem os mesmos direitos desde o nascimento, incluindo o direito à educação, o direito político, o direito à independência e o direito de decidir o seu casamento.

Embora os homens e as mulheres sejam diferentes fisicamente, são ambos criaturas do céu e são-lhes conferidos os mesmos direitos. Como também são cidadãs, deviam igualmente ter os mesmos direitos humanos de independência, de autonomia e de liberdade.⁶⁷

Tanto Kang Youwei como Liang Qichao, que mencionámos no primeiro capítulo sobre a educação feminina na China, enquanto pioneiros dos movimentos feministas na China, partilharam o moderno pensamento ocidental, tendo abalado as mentalidades tradicionais machistas e dado uma grande contribuição para o desenvolvimento da primeira geração feminista chinesa. Só depois foram aparecendo mulheres feministas na China, sobretudo reunidas em grupos ou associações. Esta primeira geração feminista provinha principalmente da classe média ou alta e usufruía já de uma educação nova. O seu interesse concentrava-se na conquista de

⁶⁶ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Declaração_da_Independência_dos_Estados_Unidos Consultado a 30 de Abril

⁶⁷Kang, Youwei (1956), *op. cit.* p. 134. Texto original: “男女虽异形，其为天民而共受天权一也，亦同为国民，就应该各有自立，自主，自由之人权也。” TdA.

direitos políticos para as mulheres. Em 1911, criaram a Liga da Participação Política das Mulheres⁶⁸ (女子参政同志会), cuja finalidade era generalizar conhecimentos e cultivar a sua capacidade política até as alcançarem plenos direitos de participação política. Acreditavam que só quando as mulheres tivessem direitos políticos poderiam retificar a legislação de modo a garantir juridicamente a igualdade de género.⁶⁹ No entanto, a educação feminina digna desse nome tinha muito pouco tempo, as mulheres bem instruídas representavam uma percentagem diminuta da população e as que possuíam bons conhecimentos políticos eram uma raridade. A maior parte das mulheres ainda era ignorante ou indiferente em relação à política. Sem apoios amplos por parte da população, estes pequenos grupos feministas pouco contribuíram para o desenvolvimento do feminismo chinês. Aliás, estes grupos dedicavam-se à obtenção dos direitos políticos, mas não exigiam mudanças no tipo de governo da China, ou seja, ainda que as mulheres conseguissem direitos políticos iguais aos homens, dificilmente alcançariam a igualdade de género legislativa num país que nem sequer tinha uma Constituição. A obtenção de direitos políticos é uma parte importante da afirmação do valor pessoal feminino, mas não é suficiente para representar a emancipação feminina.

Em Portugal, a situação feminina não era ignorada já no final do século XIX: tanto homens como mulheres, individualmente ou em grupos, denunciavam a situação desfavorável das mulheres de uma forma ainda cautelosa. Estes pioneiros aspiraram a

⁶⁸ O nome original da Liga da Participação Política da Mulher é em chinês, chamado 女子参政同志会 nǚ zǐ cān zhèng tóng méng huì. NdA.

⁶⁹ Cf. Pan, Min (2001), "Comentários sobre As Mensalidades de Movimentos Feministas Chineses na Idade Moderna" in *Antologia dos Estudos Femininos*, Vol. 41, p. 53.

uma valorização das mulheres e apelaram a uma mudança. Mais tarde, no início do século XX, feministas proeminentes como Ana de Castro Osório, Maria Amália Vaz de Carvalho e Adelaide Cabete, entre muitas outras, também fizeram contribuições significativas para o feminismo português.

Ana de Castro Osório denunciou, numa linguagem muito afiada e veemente, a situação de desprezo e de injustiça em que as mulheres portuguesas viviam:

Uma filha é um tropeço, é um pesadelo, é um futuro incerto e cheio de receios. (...) Uma rapariga, que pouca sorte!... Enfim, o que se hade fazer? E logo a parteira officiosamente dá os parabéns e consola tocando a chaga ao vivo: Deixem lá! Uma menina é muito bom, é a companheira da sua mamã, cria-se à roda das saias, não dá despesa, não dá cuidados.

E a opinião da parteira é a opinião de toda a gente.

A menina cria-se à roda das saias da mamã, com a menor despesa possível, porque é um valor inútil, procurando simplesmente a arrumação, que convém ao seu papel de encostada e de eterna menor - o casamento.

Dahi para diante, desde que a menina entrou na vida pela mão protetora da parteira filósofa, pode à vontade ser uma criatura intolerável, cheia de pieguices, perdida de mimos, ridícula e fútil... tem sempre uma desculpa: é uma menina.(...)

O rapaz vai para a rua, vai para a escola e todos lhe dizem e lho ensinam com o próprio exemplo, desde o pai aos irmãos mais velhos e até aos

amigos e companheiros: se te ofenderem, desforça-te pelas tuas próprias mãos e responde com a tua voz e palavras, não acuses, não chores apavorado e ridículo.

À rapariga o que é que se lhe faz compreender? Se te disserem qualquer coisa desagradável, queixa-te e choraminga, tens o direito de seres uma criatura sem brilho e sem iniciativa própria.⁷⁰

Desde o momento em que abrindo os olhos à luz da razão compreendemos a injustiça pavorosa que nos arredava de toda a legítima compensação ao nosso trabalho, ao nosso estudo, à nossa inteligência, pela simples razão de que o acaso nos fizera nascer mulher em vez de homem.⁷¹

Ana de Castro Osório revela, nas suas obras, que se julgavam as mulheres mais fracas e desprezíveis do que o sexo oposto, desde o seu nascimento e durante toda a sua vida. Com a definição dos papéis femininos e impressões negativas sobre as mulheres, considerava-se que estas não valiam os mesmos cuidados e investimentos dados aos homens, não se esperava delas grandes feitos. Sem bons cuidados e uma educação de qualidade, as mulheres eram “fúteis” na sociedade, fenómeno que servia de prova da inutilidade das mulheres e alimentava o desprezo por elas, formando um círculo vicioso. Portanto,urgia chamar a atenção da sociedade

⁷⁰ Osório, Ana de Castro (1908), *A Educação Cívica da Mulher*, Lisboa: Typographia Liberty, pp. 14, 15 e 17.

⁷¹ Osório, Ana de Castro (1905), *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa: Livraria Editora, p. 24.

para a situação das mulheres portuguesas.

O surgimento do movimento feminista em Portugal remonta à primeira metade do século XX e tem uma ligação muito forte com o partido e o processo republicanos, já que a monarquia foi substituída em 1910 por um novo regime com ideias liberais. No entanto, como a atmosfera social global era ainda relativamente conservadora, as feministas constituíam uma percentagem muito pequena da população. Aliás, estas feministas descendiam da classe baixa, trabalhavam como operárias e organizavam manifestações a fim de melhorarem as suas condições de trabalho e o seu salário, sem definirem objetivos mais profundos e de longo prazo.

Depois, cada vez mais mulheres da burguesia acordaram para a inferioridade da sua posição, começando a lutar por direitos sociais e políticos. No entanto, naquela “fase ainda embrionária do movimento português, limitavam-se a denunciar o estatuto da mulher tutelada – fruto do quadro legal, mas também da cultura do país... Só numa segunda fase, que coincide de certa forma com o intensificar da propaganda republicana, apresentam as suas reivindicações junto dos poderes políticos”⁷².

A partir do conhecimento e da reflexão sobre a situação desvantajosa das mulheres portuguesas, foram sendo instituídas várias associações para protegê-las, tais como a Liga Portuguesa da Paz (1906), o Grupo de Estudos Feministas (1907) ou a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909). O movimento feminista de então, conhecido como o “feminismo de primeira vaga”, destinou-se à emancipação, mais concretamente ao direito à educação e à instrução das mulheres, e ainda aos

⁷² Mariano, Maria de Fátima da Silva (2004), *Génesis e Desenvolvimento do Movimento Feminista Português*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 26.

direitos civis (sufrágio, etc.), sobretudo através da publicação de livros e folhetos, da organização de conferências e da união das associações. Além disso, como muitas mulheres portuguesas eram afetadas pela cultura chauvinista e ainda não tinham consciência ou coragem para desafiar a mentalidade tradicional, definiu-se como objetivo fundamental “despertar” as mulheres para a sua condição.

Orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa (...) tornando-a um indivíduo autónomo e consciente; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulheres e a crianças.⁷³

Em conclusão, o surgimento do feminismo na China e em Portugal aconteceu numa época de viragem e numa sociedade em mudança, que desejava mais liberdade e mais direitos. A corrente que exigia a igualdade tornou-se cada vez mais expressiva. No entanto, ambas as sociedades foram sujeitas à mentalidade machista durante muito tempo, era difícil mudar o ambiente conservador do dia para a noite. Em suma, poucas mulheres estavam conscientes deste assunto e ainda menos se atreviam a participar nas lutas. Na China, a denúncia da desigualdade de género começou com revolucionários masculinos e durante muito tempo não se ouviam vozes de mulheres; em Portugal a primeira geração feminista era constituída por operárias e burguesas.

⁷³ Carvalho, Maria Amália Vaz de (1880), *Mulheres e Crianças: Notas sobre Educação*, Porto: Joaquim Antunes Leitão e Irmão, p. 877.

O sentido essencial do movimento feminista reside na obtenção dos mesmos direitos que o homem, para participar de forma igualitária em todas as evoluções sociais. O movimento feminista em si, parte da evolução social, exige também a participação das mulheres; a dependência acentuada dos movimentos feministas chineses em relação aos homens não poderia originar um resultado completo e justo, a autoconsciência das mulheres e o seu esforço deveriam pesar mais. Comparativamente, o movimento feminista de Portugal apresentou-se mais progressista por possuir o espírito de resistência das mulheres que o iniciaram.

No entanto, fosse na China ou em Portugal, esta primeira fase de movimento feminista não era suficientemente radical. A libertação das mulheres chinesas, como uma parte residual da *Reforma dos Cem Dias*, nunca foi um foco importante para os reformistas, dedicados a derrubar a monarquia absoluta. Em Portugal, as primeiras mulheres que denunciaram as más condições de trabalho e os salários inferiores nunca investigaram a razão profunda que resultou nesta situação desfavorável. Porém, não podemos negar o contributo destes movimentos para o desenvolvimento da educação feminina o que, por sua vez, despertou outras mulheres para a sua condição de inferioridade e para a luta.

III.2 Ideologias destes movimentos a partir do final do século XIX até ao início do século XX

Impõe-se, *a priori*, destacar uma diferença entre os movimentos feministas dos dois países. Na China, os movimentos feministas fizeram sempre parte das revoluções socialistas e a libertação das mulheres chinesas foi considerada uma arma potente dos revolucionários para resistir e derrubar a monarquia absoluta e o feudalismo. Em Portugal, os movimentos feministas não tiveram uma ligação política tão forte e, ainda que influenciados por ideias republicanas, foram concretizados por indivíduos ou associações feministas destinados, primeiro, a melhorar as condições de trabalho e o seu salário, e um pouco mais tarde, a melhorar o estatuto social e familiar das mulheres e a alcançar a igualdade de género.

No final das últimas dinastias imperiais da China, com os conceitos capitalistas e a cultura cristã a serem mais conhecidos, uma imensidão de pessoas, entre as quais se incluíam muitos intelectuais, ficaram chocados com os fenómenos de igualdade na sociedade ocidental, que apresentavam a libertação das mulheres como um passo básico e indispensável para a libertação de todo o ser humano.

Alguns líderes da *Reforma dos Cem Dias* foram os primeiros a difundir ideologias feministas. Contrastaram a vida das chinesas com a das mulheres ocidentais e criticaram as situações de tutela e de restrição que estavam a sofrer. Como a reformista Yan Fu (严复 *yán fū*, 1854-1921) escreveu no seu artigo *Trata-se da Europa* (说欧洲): “As mulheres (europeias) todas podem viajar sozinhas e

livremente pelo estrangeiro, (...), enquanto as (nossas) mulheres são todas fechadas em casa, isoladas do mundo há muito tempo.”⁷⁴ A autora Di Wanjia (狄宛迦, *dī wǎnjiā* ?# - #?) apontou ainda a exclusão das mulheres chinesas de atividades sociais.

Nos países europeus, metade das trabalhadoras de medicina e de contabilidade são mulheres. Desta maneira, as mulheres são capazes de ajudar os homens. No entanto, os chineses consideram as mulheres inúteis, e oferecem-lhes tudo o que precisam na vida, como a comida, a bebida e as roupas, sem que elas próprias tenham de ganhar dinheiro. As mulheres chinesas tornam-se assim automaticamente uma carga pesada para os seus maridos. Numas sociedades, as mulheres servem de auxiliar dos homens enquanto na outra sociedade, as mulheres são como a carga dos homens. Diferencia-se muito deste modo.⁷⁵

Embora já tivessem consciência da desigualdade de género na China, a sua atenção dirigia-se, contudo, mais para os deveres femininos do que para os direitos. Ou seja, argumentavam que as mulheres não seriam capazes de desempenhar os mesmos papéis sociais nem de ser independentes como os homens, apresentando-as como uma carga pesada para os maridos. Liang Qichao e alguns partidários levaram a cabo uma série de políticas na *Reforma dos Cem Dias* para as mulheres “se armarem

⁷⁴ Yan, Fu (1981), *Antologia de Yan Fu*, Pequim: Companhia do Livro Zhonghua, p. 2. Texto original: “（欧洲）妇女皆能远涉重洋，自去自来(...)，盖（我国）妇人不见天日者久矣”. TdA.

⁷⁵ Di, Wanjia (1898), *op. cit.*. Texto original: “泰西诸国，凡格致算学医学等事，半出于女子，于是为男子助矣。中国视为无用之物，而饮食衣服，悉养给焉，于是为男子累。一助一累，相去远矣”. TdA.

de conhecimentos”, de modo a trabalharem e contribuírem para o país. No fundo, o seu objetivo era acabar com a desigualdade entre as hierarquias sociais, pôr fim à monarquia absoluta e reforçar o país, em vez de melhorar radicalmente o estatuto inferior das mulheres e promover a igualdade de género.

Em 1903, o escritor chinês Jin Tianhe (金天翮, *jīn tiānhé* 1873-1947) lançou o conceito de “mãe da pátria”, afirmando que amar a pátria e salvar o país eram deveres básicos das mulheres, com o objetivo de as mobilizar para a causa da revolução. Este autor procurou transformar o papel feminino de “doméstico” em “salvador”.⁷⁶ Com base na teoria relativa aos direitos naturais, o autor criou uma ideologia nova a que poderíamos chamar de “deveres naturais”, preconizando que tanto os homens como as mulheres devem contribuir de igual forma para a sociedade e o país, sem se preocupar contudo com a igualdade de direitos.

Nessa mesma altura, a feminista chinesa Chen Xiefen (陈撷芬, *chén xiéfēn* 1883-1923) afirmou que não se podia desenvolver a educação feminina sem as mulheres terem alcançado primeiro os seus direitos. A autora opunha-se à entrega do destino das mulheres nas mãos dos homens, para evitar que eles tirassem proveito desse poder, afirmando que as próprias mulheres deviam ser conscientes do seu estado de inferioridade e de dependência para lutarem pelos seus direitos, tomarem as rédeas da sua vida. Não deviam depender dos homens nesta questão.

Muitas mulheres entregam-se completamente aos homens. Embora

⁷⁶ Cf. Sudoko, Miyo 须藤瑞代 (2005), *Os Conceitos Feministas Chineses na Era Moderna*, Shanxi: Jornal Académico da Universidade Normal de Shanxi, Vol. 32, nº 1. p. 245.

existam mulheres cuja ambição é desenvolver a educação feminina e recuperar os direitos femininos, estas só esperam depender dos homens para realizar isto. Porém, os homens poderiam não estar dispostos a tal. Mesmo que estivessem dispostos, a educação feminina que eles criassem e os direitos femininos que eles permitissem iriam ser os que fossem mais favoráveis aos próprios homens.⁷⁷

Uma outra feminista famosa, Qiu Jin (秋瑾, *qiū jǐn* 1875-1907), encorajou as chinesas a serem mais autónomas e a deixarem de se sujeitar aos seus maridos como escravas. Criticou ainda a atribuição de tarefas baseadas no género e defendeu que as mulheres deviam executar os mesmos deveres e desempenhar os mesmos papéis sociais que os tradicionalmente definidos para os homens.⁷⁸ A sua opinião revela alguma semelhança com a de Jin Tianhe no aspeto de se focar mais na igualdade dos deveres.

No início do século XX, cada vez mais mulheres tomaram consciência da desigualdade de género em relação aos direitos civis: o direito à saúde, o direito à educação, o direito ao matrimónio livre, o direito de independência económica e o direito político.

O direito à saúde passou sobretudo pela oposição à tradição de enfaixar os pés, este foi o primeiro direito pelo qual as feministas lutaram. Enfaixar os pés tornava as

⁷⁷ Gabinete de Estudos e Investigação da História dos Movimentos Feministas Chineses da Federação das Mulheres 全国妇联妇女运动历史研究室 (1991), *op. cit.*, p. 245. Texto original: “女性徒以生命肢体委之男子。即有以兴女学、复女权为志者,亦必以提倡望之男子。无论彼男子之无暇专此也,就其暇焉,恐仍为便于男子之女学而已,仍为便于男子之女权而已”。 TdA.

⁷⁸ Cf. *Idem*.

mulheres “deficientes e doentes, violando cruelmente o seu direito de saúde e de desenvolvimento”.⁷⁹

No que diz respeito ao direito à educação, consideravam-no uma causa radical da desigualdade de género.

Sem terem educação suficiente, (as mulheres) não conseguiriam alimentar-se a si próprias nem sustentar-se. Também não poderiam ter os próprios pensamentos. Já seria difícil desenvolver a sua vida desta forma, nem sequer exigiriam a igualdade de género.⁸⁰

Estas pioneiras exigiram ainda a liberdade de casamento, encarando os casamentos tradicionais (o casamento mercenário e o casamento arranjado) “como uma mancha na China que prejudicaria as virtudes das mulheres e o amor dos casais”⁸¹. O direito de independência económica foi considerado como uma base da autonomia feminina: “As mulheres que não conseguem alimentar-se têm que pedir aos outros para lhes darem alimento”⁸². O último direito pelo qual lutaram foi o direito à participação política. “Muitas mulheres progressistas acreditam que a participação na política seja uma pré-condição de resolver as questões femininas.”⁸³

⁷⁹ Chen, Wenlian (2003), *op.cit.*, p. 819. Texto original: “废人，病夫。严重侵犯女性身体健康权和发展权”.

⁸⁰ Gabinete de Estudos e Investigações da História dos Movimentos Feministas Chineses da Federação das Mulheres (1991), *op. cit.*, p. 302. Texto original: “学不足，则无以自养，无以自立，无以有自己的思想。女界开化且难，何言平等”. TdA.

⁸¹ *Idem*. Texto original: “它坏女子之品性，坏夫妇之爱情，为神州一大污点”. TdA.

⁸² *Idem*, p. 246. Texto original: “妇女不能自食，必食于人”. TdA.

⁸³ Chen, Wenlian (2003), *op. cit.*, p. 820. Texto original: “一些进步知识女性深信，妇女参政是解决妇女问题的先导”. TdA.

Em Portugal, a meta dos movimentos feministas, a partir do final do século XIX e até ao início do século XX, era inicialmente chamar a atenção para a situação desfavorável das mulheres; a seguir, lutar pela obtenção dos direitos sociais e políticos, afirmando o valor pessoal das mulheres, para finalmente alcançar a igualdade de género. Na mesma época, na China, o objetivo do feminismo era promover o desenvolvimento do país.

Em Portugal, havia já várias definições e correntes diferentes de feminismo e feministas.

O feminismo não é uma força que se levanta contra o homem; é a voz da mulher instruída, forte, equilibrada e pura, que aspira nobremente a um lugar ao lado do seu companheiro para partilhar as suas dores, os seus trabalhos, os seus cuidados e as suas alegrias.⁸⁴

Virgínia de Castro e Almeida, enquanto moderada, explicou o feminismo num tom reservado e cauteloso: o antónimo do “feminismo” não é “machismo”. Os feministas não se opunham aos homens nem pretendiam privá-los dos seus privilégios, lutavam para poderem auxiliar os homens e, como companheiras, partilharem com eles tudo na vida.

“Uma verdadeira feminista não pode pensar em masculinizar-se, porque

⁸⁴ Almeida, Virgínia de Castro e (1913), *op. cit.*, p. 20.

orgulha-se de ser mulher”⁸⁵. As verdadeiras feministas não consideravam a existência de uma divisão de superioridade e inferioridade, de fortaleza e fraqueza entre os géneros. As mulheres deviam orgulhar-se de serem mulheres. Se uma mulher se masculinizasse, imitando o estilo e gestos masculinos, afirmava no fundo a prevalência do sexo masculino.

Outra feminista moderada, que defendeu cautelosamente as suas opiniões relativamente conservadoras, foi Emília de Sousa Costa:

Vejam a injustiça com que nos têm tratado! E agora deixem-nos passar. Nós não queremos rivalizar convosco, nas turbulências das politiquices de campanário, ser ministros, ou presidentes da República, mas temos direitos a participar em todas as manifestações de vitalidade nacional, nos lugares mais adequados à nossa feminilidade, e ver os nossos méritos premiados estimulados como os dos homens.⁸⁶

A defesa moderada centrou-se na luta por mais direitos e na afirmação dos valores pessoais femininos. Embora não fosse suficientemente radical para mudar a desigualdade entre os géneros, serviu como primeiro passo, um passo realista, do feminismo. Havia também feministas mais radicais, como Adelaide Cabete que definiu o feminismo em termos extremamente laudatórios, afirmando assim a sua

⁸⁵ Guimarães, Elina (1925), *op. cit.*, p. 26.

⁸⁶ Costa, Emília de Sousa (1932), *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres*, Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, p.15.

última meta:

O Feminismo é mais alguma coisa de grande e sublime, é a dignificação da mulher, é a consequência de uma evolução (...) Não se assustem, repito, porque nós caminhamos para a Justiça, para a Verdade, para a Luz, para o Direito Humano.⁸⁷

Para além da discussão em relação à definição do feminismo ou dos feministas, surgiram também ideologias mais práticas que visaram a reivindicação dos direitos civis e económicos.

Numa altura em que alguns portugueses temiam que a educação feminina afastasse as mulheres do seu papel tradicional, Ana de Castro Osório revelou-se muito consciente e muito vanguardista em relação ao assunto, afirmando que a educação servia para abrir horizontes, sendo fundamental para evitar a ignorância das mulheres e mudar radicalmente a sua situação pouco favorável. Sem a educação como base, era difícil as mulheres exercerem os seus direitos civis.

A mulher, entre nós, como toda a criatura sem educação, é retrógrada e timorata com os seus pavores e ideias velhas no espírito das gerações, que assim se tornam, sem dar por isso, cobardes para as rasgadas iniciativas do futuro, presas ao passado pelo sentimento do medo que lhes incutiram,

⁸⁷ Cabete, Adelaide(1924), Discurso de Abertura do I Congresso Feminista e da Educação, *in*, Silva, Maria Regina Tavares da (1983), *Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras do Início do Século XX*, Análise Social, vol. XIX (77-78-79), 1983-3º, 4º, 5º, 875-907. p. 881.

com o leite, as crendices maternas... Educar a mulher, torná-la útil a si e aos seus pelo trabalho remunerado.⁸⁸

Ana de Castro Osório e os reformistas da China sublinharam a importância da educação feminina como o primeiro passo da emancipação das mulheres, mas nota-se um ponto de partida diferente. Um reside em garantir às mulheres dignidade e um melhor futuro, enquanto o outro visa aliviar a carga dos homens e desenvolver o país.

A sobrevivência económica é outra questão crucial da emancipação das mulheres. Com uma boa condição económica, as mulheres poderiam ser mais autónomas nas suas escolhas de vida. Como Osório destacou, “a base fundamental da questão feminina é a económica”⁸⁹.

A mulher só lhe apraz como objeto de prazer ou escrava dos seus desejos, e para a conservar assim, nessa dependência que lhe quer fazer convencer que é soberania, sujeita-se a tudo, até aguentar-se com todo o trabalho para que ela não crie hábitos de independência, vendo-se apta para ganhar a sua vida, sentindo-se senhora das suas economias.⁹⁰

À medida que se instaurava a República, os desideratos feministas centravam-se nos direitos políticos, entre os quais se destacava o direito de voto. A

⁸⁸ Osório, Ana de Castro (1905), *op. cit.*, pp. 193-194.

⁸⁹ Osório, Ana de Castro (1908), *A República*, Alto: O Caminho a Seguir, nº 21.

⁹⁰ Osório, Ana de Castro (1905), *op. cit.*, pp. 241-242.

anti-sufragista Maria Veleda não achava que as condições económicas desfavoráveis das mulheres pudessem ser melhoradas através do sufrágio. No entanto defendeu que, se os homens o tinham, as mulheres tinham igualmente que o ter, destacando assim a igualdade básica de género.

Ora deixa de haver respeito pela liberdade coletiva logo que o voto não seja concedido a todas as mulheres como a todos os homens, quando paguem uma certa contribuição ao Estado, ou saibam ler e escrever.⁹¹

Uma outra feminista, Aurora de Castro e Gouveia, criticou o facto dos homens excluírem as mulheres da política. Afirmando existir uma ligação estreita entre a participação política das mulheres e o progresso da Humanidade, encorajou as suas contemporâneas a lutarem pelos seus direitos políticos.

Não permitir o voto à mulher é desviar energias que muito concorrem para o progresso da Humanidade, além de que traduz uma injustiça aviltante e deprimente, não para nós, mulheres conscientes que lutamos pelos nossos direitos, mas para aqueles que, tendo pelo seu lado a força do Estado, fazem dela escudo para manterem a sua iníqua superioridade.

O ostracismo político em que temos vivido não nos aniquilou, nem a luta nos cega. Com toda a lucidez, nós vemos e melhor sentimos ainda que

⁹¹ Veleda, Maria (1910), "O Voto às Mulheres Portuguesas" in *A Mulher e a Criança* nº 19, dezembro de 1910.

quem despreza e não aproveita a atividade feminina não ama a pátria e deseja-a imoral e retrógrada.⁹²

Em resumo, na China e em Portugal, as ideologias feministas passaram por uma transformação semelhante, partiram da denúncia da vida tutelada das mulheres, passaram pela luta pelos direitos civis para, no fim, exigirem a igualdade de género. As ideologias de ambos os países focavam-se em questões práticas para melhorarem a situação das mulheres.

No entanto, notam-se também muitas diferenças. Primeiro, as suas metas não eram semelhantes. As ideologias feministas em Portugal visaram sobretudo uma melhoria da situação social e familiar feminina, enquanto as ideologias chinesas foram sempre associadas a metas políticas, especialmente no seu período inicial. Aliás, sob o ambiente conservador da China, ninguém se atreveu a lançar o conceito de feminismo ou sequer tinha consciência da sua existência. Em Portugal, onde se tinha mais conhecimentos sobre o feminismo, criou-se um conjunto de definições relativamente completo. Consideramos as ideologias feministas da China nessa altura como um “prelúdio” da “música feminista” enquanto as de Portugal constituíram já o primeiro capítulo de tal melodia.

⁹² Gouveia, Aurora de Castro e (1921), "Ainda o Direito de Voto", in *Alma Feminina* n.º 9/10, de setembro-outubro de 1921.

Conclusão

A China e Portugal, dois países geograficamente afastados, representam respetivamente duas culturas distintas: a oriental e a ocidental. Estas duas sociedades inseridas em culturas tão diferentes desenvolveram o mesmo tipo de ignorância, as mesmas injustiças e os mesmos preconceitos relativamente às mulheres. Em ambas as sociedades o espaço feminino era reduzido ao plano familiar, sendo-lhes atribuído o papel de boa mãe e esposa, sem as valorizar devidamente. Através de várias lutas focadas na consecução dos direitos civis, que se prolongaram por cerca de dois séculos em ambas as sociedades, as mulheres conseguiram, passo a passo, afirmar o seu valor pessoal e os seus direitos, até garantirem com força legislativa a igualdade de género.

Tanto as mulheres chinesas como as portuguesas sofreram discriminação relativamente à educação, partindo da ausência total de escolas femininas, passando por uma educação específica para as mulheres, no sentido de desempenharem melhor o seu papel no espaço familiar, até finalmente terem acesso à mesma educação que os homens. Com a aquisição do direito à educação, as mulheres entraram no espaço público e assumiram alguns cargos que eram considerados exclusivos dos homens. Mas a desigualdade profissional persiste até hoje, nota-se muito a “genderização” das profissões, especialmente na China. Em Portugal, a situação é melhor, mas ainda existe injustiça relativamente às mulheres corporizada no seu salário médio, que é mais baixo do que o dos homens.

À medida que as mulheres conseguiram sustentar-se sozinhas, a sua voz no espaço privado foi contando mais do que anteriormente, resultando numa maior

autonomia e liberdade no namoro e na vida conjugal. Aliás, o valor pessoal das mulheres também foi afirmado a nível social. Da independência económica resulta diretamente a melhoria da situação social das mulheres.

As mulheres portuguesas começaram a ter consciência mais cedo da luta pela igualdade de género, resistindo de modo mais ativo do que as chinesas, onde milhares de anos de mentalidade feudal habituaram as mulheres a aceitarem tudo o que já existia, independentemente de ser ou não razoável. Aliás, os movimentos feministas pela igualdade na China envolveram sempre as revoluções contra o feudalismo, relacionaram-se com a libertação do povo, enquanto em Portugal as feministas, inspiradas nas teorias propagadas nos Estados Unidos e nos países europeus, lutaram simplesmente pela melhoria da situação das mulheres e pela igualdade de género.

Em relação ao acesso ao espaço público, todas as conquistas das mulheres foram alcançadas mais tarde na China do que em Portugal. Aliás, uma diferenciação entre os estatutos das mulheres nestes dois países ainda existe atualmente, ou seja, o estatuto das mulheres na China é inferior ao registado em Portugal, ainda que o fosso seja cada vez menor. Pensamos que a principal causa desta conjuntura reside na forma como a tradição afeta e controla as mentalidades das mulheres chinesas de um modo mais enraizado.

É impossível fazer uma investigação detalhada e profunda em relação às razões que motivam a disparidade de circunstâncias das mulheres nos dois países num trabalho tão limitado. Acreditamos que, além das causas apontadas, existirão outras que contribuíram bastante para a presente conjuntura, como o ambiente político,

diferentes níveis de desenvolvimento da sociedade e da economia, atitudes face aos países vizinhos, etc. Acreditamos, contudo, que demos um primeiro passo para clarificar este assunto que diz respeito a todos.

Bibliografia

1. Adão, Áurea (1997). *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
2. Almeida, Virgínia de Castro e (1913), *A Mulher*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
3. Amaro, Fausto, Moura, Rui, Neto, António, Quintino, Celeste & Serapicos, Rui (2008), *Igualdade de Género no Trabalho Situações Problemas e Perspectivas de Futuro*, Lisboa: Gráfica Manuel Barbosa e Filhos.
4. Arquivo Digital de Maria de Lourdes Pintasilgo (1971), Documentos 0021.003, “Grupo de Trabalho para a Definição de uma Política Nacional Global acerca da mulher”, Relatório das ações desenvolvidas, fevereiro de 1971, *apude*, Ferreira, Virgínia (2010), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Disponível em www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Trab_Iguald_DSocial_Estudo_s9.pdf
5. Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *Universos Femininos em Portugal: Retrato da Burguesia em Lisboa: 1890-1930*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
6. Bispado de Coimbra, *A Educação da Mulher Portuguesa - Doutrinas Expostas pelo Bispo de Coimbra no Real Colégio Ursulino de Coimbra e no Santa Joana de Aveiro*, 10 a 17 de agosto.
7. Cabete, Adelaide (1924), "Discurso de Abertura do I Congresso Feminista e da Educação", *in* Silva, Maria Regina Tavares da (1983), *Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras do Início do Século XX*, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3º, 4º, 5º, 875-907. p. 881.
8. Carvalho, Maria Amália Vaz de (1880), *Mulheres E Crianças: Notas sobre Educação*, Porto: Joaquim Antunes Leitão e Irmão.
9. Chen, Dongyuan (1937), *A História da Vida da Mulher Chinesa*, Pequim: Editora Comercial.
陈东原—《中国妇女生活史》，北京，商务印书馆，1937年。
10. Chen, Wenlian (2003), "Eastward Spread of Western Culture and the Form of the Women Rights Ideas" *in Modern China*, Changsha: The Academic Journal of Central South University Vol. 9, No.6.
陈文联—《西学东渐与中国近代女权思想的形成》，长沙，中南大学学报，2003年第九期第六版。
11. Costa, Emília de Sousa (1932), *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres*, Lisboa: Empresa do Anuário Comercial.

12. Di, Wanxia (1898), *A Senhora Di*, Shanghai: Jornal Feminino, Vol. 3, No.1.
狄宛迦—《狄女士》，上海，女报，1898年第三期第一版。
13. Dufoyer, Pierre (1947), *O Livro da Rapariga. O casamento*, Coimbra: Casa do Castelo.
14. Gabinete de Estudos e Investigações da História dos Movimentos Feministas Chineses da Federação das Mulheres (1991), *Materiais Históricos dos Movimentos Feministas Chineses da Era Moderna*, Pequim: Editora das Mulheres Chinesas.
全国妇联妇女运动历史研究室—《中国近代妇女运动历史资料》，北京，中国妇女出版社，1991年。
15. Gao, Rongmei (2009), *Frisando a Educação Feminina na Época Arcaica*”, Hong Kong: Cultura Huaxia.
高荣楣—《试谈中国古代的女子教育》，香港，华夏文化出版社，2009年。
16. Gouveia, Aurora de Castro e (1921), "Ainda o direito de voto", in *Alma Feminina n.º 9/10*, setembro-outubro de 1921.
17. Guimarães, Elina (1925), "Discurso de Abertura do II Congresso Feminista e de Educação", in Arnaldo Brasão, *O Primeiro Congresso Feministas e de Educação*, Lisboa: Edições Spartacus.
18. Kang, Youwei (1956), *O Livro de Grande Harmonia*, Beijing: Editora dos Livros Antigos.
康有为—《大同书》，北京，古籍出版社，1956年。
19. Liang, Qichao (1989), *Antologia da Sala Yinbing I: A Teoria Geral da Reforma*, Pequim: Companhia do Livro Zhonghua.
梁启超—《饮冰室合集之一：变法通论》，北京，中华出版社，1989年。
20. Liu, Dalin (1993), *A Cultura Sexual da China Arcaica*, Ningxia: Editora do Povo Ningxia.
刘达临—《中国古代性文化》，宁夏，宁夏人民出版社，1993年。
21. Li, Youning (2003), *Coleção de Materiais Históricos sobre as Mulheres Chinesas*”, Nova Iorque: Ouster Sky Press.
李又宁—《华族女性史料丛编》，纽约，纽约天外出版社，2003年。
22. Magalhães, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*, Oeiras: Celta Editora.
23. Mariano, Maria de Fátima da Silva (2004), *Génese e Desenvolvimento do Movimento Feminista Português*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas).

24. Osório, Ana de Castro (1905), *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.
25. Osório, Ana de Castro (1908), *A Educação Cívica da Mulher*, Lisboa: Typographia Liberty.
26. Osório, Ana de Castro (1908), “A República”, in *Alto: O Caminho a Seguir* nº 21.
27. Pan, Min (2001), *Comentários sobre as Mensalidades de Movimentos Feministas Chineses na Idade Moderna*, Pequim: *Antologia dos Estudos Femininos*, Vol. 41.
潘敏—《评近代中国女权主义运动观》，北京，妇女研究论丛，2001年第四十一期。
28. Pereira, Margarida Esteves (2001). "SABICHONAS NÃO!: A Separação das Esferas e a Educação das Mulheres em Portugal na Viragem para o Século XX". in *Diacrítica* nº15. Braga: Universidade do Minho (Centro de Estudos Humanísticos).
29. Pimentel, Irene (1996), *O Estado Novo e a assistência às mulheres*, Lisboa: História.
30. Ribeiro, Arilda Inês Miranda (2002). *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*. São Paulo: Arte & Ciência.
31. Romão, Isabel (1978), *Situação das Mulheres Portuguesas perante a Educação*, Lisboa: Edição da Comissão da Condição Feminina.
32. Serrão, Joel & Oliveira Marques, A. H. de (1976), *Nova História de Portugal vol. XI, Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa: Editorial Presença.
33. Shi, Jie (2012), *O Estudo Teórico e Prático sobre a Libertação da Mulher Chinesa na Nova Era*, Xinjiang: Universidade de Xinjiang.
史界—《新时期中国妇女解放理论与实践研究》，新疆，新疆大学2012年。
34. Sudoku, Miyo (2005), *Os Conceitos Feministas Chineses na Era Moderna*, Shanxi: *Jornal Académico da Universidade Normal de Shanxi*, Vol. 32, nº 1.
须藤瑞代—《近代中国的女权概念》，山西，山西师大学报，2005年第三十二期第一版。
35. Sun, Yat-sen (1982), *Antologia de Sun Yat-sen (II Volume)*, Pequim: Companhia do Livro Zhonghua.
孙中山—《孙中山合集：第二卷》，北京，中华书局，1982年。

36. Veleda, Maria (1910), "O voto às Mulheres Portuguesas", in *A Mulher e a Criança* nº 19, dezembro de 1910.
37. Verney, Luís António (19--?), *Verdadeiro Método de Estudar*, Porto: Domingos Barreira.
38. Xia, Yixue (2010), *O Dilema do Papel das Mulheres Intelectuais Modernas e as Relativas Estratégias de Solução: Demonstrando Chen Hengzhe, Yuan Changying e Lin Huiyin como Exemplos*", Pequim: Instituto das Mulheres Chinesas.
夏一雪—《现代知识女性的角色困境与突围策略——以陈衡哲、袁昌英、林徽因为例》，北京，中国妇女研究所，2010年。
39. Yan, Fu (1981), *Antologia de Yan Fu*, Pequim: Companhia do Livro Zhonghua.
严复—《严复集》，北京，中华书局，1981年。
40. Zhang, Kangsi (2004), "Análise da Discriminação Sexual no Mercado de Emprego" in *Investigação das Finanças e da Economia* Vol. 245.
张抗私—《劳动力市场性别歧视行为分析》，大连，财经问题研究，2004年第245期。

Web Links: Bases de dados consultadas

1. <http://www.citador.pt/textos/as-mulheres-sao-mais-fortes-jose-de-sousa-saramago>
2. <http://data.book.hexun.com/chapter-18093-1-3.shtml>
3. <http://dspace.xmu.edu.cn:8080/dspace/bitstream/id/8426/license.txt;jsessionid=CF782BE1904B39E3CE8BFE92B9CD0EB6>
4. <http://caldasdaaipasearepublica.blogspot.pt/2010/03/as-mulheres-da-republica-no-dia.html>
5. http://news.ifeng.com/society/2/detail_2014_02/07/33591204_0.shtml
6. <https://www.bibliaonline.com.br/acf/dt/22/20,21>
7. <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
8. <http://finance.ifeng.com/news/hgjj/20090807/1057232.shtml>
9. <http://www.statista.com/statistics/279449/divorce-rate-in-china/>
10. <http://data.worldbank.org.cn/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?page=4>
11. <http://nads.ruc.edu.cn/displaynews.php?id=2397>
12. <http://data.worldbank.org.cn/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS?page=4>
13. <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
14. https://pt.wikipedia.org/wiki/Declaração_da_Independência_dos_Estados_Unidos
15. <https://zh.wikipedia.org/wiki/上层建筑>
16. <http://www.xzbu.com/9/view-6276291.htm>